

I SIMPÓSIO

HUMANIDADES E LINGUAGENS

Educação em Novos Tempos

EDITORA



Caderno de Resumos



I SIMPÓSIO HUMANIDADES E LINGUAGENS

EDUCAÇÃO EM NOVOS TEMPOS

Caderno de Resumos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE BRASÍLIA

REITORA

Luciana Miyoko Massukado

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Veruska Ribeiro Machado

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Paulo Henrique Sales Wanderley

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Giovanna Megumi Ishida Tedesco

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Rodrigo Maia Dias Ledo

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

José Anderson de Freitas Silva

COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES

Mariana Carolina Barbosa Rêgo

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Sandra Maria Branchine

EDITORA



Reitoria – SGAN Qd 610, módulos D, E, F, G
CEP: 70860-100 Brasília-DF
www.ifb.edu.br
Fone: +55 (61) 2103-2108
editora@ifb.edu.br



A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos nos capítulos são de exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos desta edição são reservados à Editora IFB. É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.

Revisor de Texto: Rubens do Nascimento Lago
Editoração Eletrônica e Capa: Karoline Santos Rodrigues

S612 Simpósio Humanidades e Linguagens: educação em novos tempos (1.: 2021 : Brasília, DF)

Cadernos do resumo do 1º Simpósio Humanidades e Linguagens: educação em novos tempos [recurso eletrônico] / Organizado por Thiago de Faria e Silva, Josias Freire. - Brasília: Editora IFB, 2021. 104 p. : il. color.

Edição digital.

ISBN: 978-85-64124-79-0

1. Práticas de ensino. 2. Educação e linguagem. 3. Currículo. 4. Docência no ensino superior. 5. Interdisciplinaridade na educação. I. Silva, Thiago de Faria e, org. II. Freire, Josias, org. III. Instituto Federal de Brasília. IV. Título.

CDU 37.016

Comitê Científico

Prof. Dr^a Carolina Torres Oliveira - IFB
Prof. Dr^a Êrika Barretto Fernandes Cruvinel - IFB
Prof. Dr^o Josias José Freire Júnior - IFB
Prof. Me. Lincoln Bernardo de Souza - IFB
Prof. Ma. Marcella Nascimento Fernandes - IFB
Prof. Dr^o Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues - IFB
Prof. Dr^o Sergio Magno Carvalho de Souza - IFB
Prof. Dr^a Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos - IFB
Prof. Dr^o Thiago de Faria e Silva - IFB

Coordenação da Comissão Organizadora

Professor Dr. Thiago de Faria e Silva
Professor Dr. Josias José Freire Júnior

Comissão Organizadora

Pós-graduando Davi Aragão Martins da Silva
Pós-graduanda Iranilde Tavares da Câmara
Pós-graduanda Karoline Santos Rodrigues
Pós-graduanda Luana Soares Crisóstomo
Pós-graduanda Marcilene Pereira Barbosa
Pós-graduanda Nelise Pereira da Silva Pacheco
Pós-graduanda Roberta Alves Rocha
Pós-graduando Rubens do Nascimento Lago

Apresentação

O *I Simpósio Humanidades e Linguagens (ISHL)* surgiu como proposta de divulgação das pesquisas desenvolvidas no âmbito da Especialização em Ensino de Humanidades e Linguagens, do Instituto Federal de Brasília (IFB), *campus* Riacho Fundo.

Assim, a partir de uma proposta apresentada aos estudantes da disciplina *Seminários de Pesquisa*, ofertada no segundo semestre de 2020, parte dos estudantes aceitaram o desafio de realizar um evento acadêmico para divulgação das pesquisas desenvolvidas pelos acadêmicos do curso.

O tema do ISHL, "Educação em Novos Tempos" reflete os interesses acadêmicos e a vinculação dos estudantes do curso com os desafios contemporâneos da educação. Se, por um lado, a experiência do distanciamento social decorrente da pandemia, que se impôs ao trabalho pedagógico e acentuou contradições estruturais, não deixou de ser um dos polos de reflexão do debate, por outro lado inquietações e questionamentos sobre casos específicos emergiram na singularidade de cada um dos trabalhos apresentados.

Ainda, em razão da suspensão das atividades presenciais e do necessário trabalho remoto a essa associada, o *I Simpósio* foi realizado totalmente *online*, com transmissão ao vivo no canal do *YouTube* da TV IFB.

As apresentações de trabalhos no *I Simpósio* foram organizadas em três simpósios temáticos: *Educação e Linguagens: Desafios e Possibilidades*; *Educação: Currículo, ensino e docência em foco*; *Educação e interdisciplinaridade: desafios para o século XXI*. Cada simpósio temático foi coordenado por uma professora ou um professor convidado e uma estudante mediadora, o que oportunizou debates significativos sobre os temas dos trabalhos, a partir das discussões propostas pelo público que acompanhou a transmissão do evento.

O simpósio temático *Educação e Linguagens: Desafios e Possibilidades* discutiu a presença de diferentes linguagens em contextos educacionais, como a linguagem literária e fotográfica, além de discussões sobre o tema da inclusão no contexto do uso de recursos digitais, bem como questões concernentes à educação das relações étnico-raciais.

Já o simpósio temático *Educação: Currículo, ensino e docência em foco* reuniu trabalhos concernentes aos campos do currículo e das políticas educacionais, além de reflexões sobre as práticas educacionais e da docência em diferentes contextos.

Questões concernentes às diferentes áreas do conhecimento foram debatidas no simpósio temático *Educação e interdisciplinaridade: desafios para o século XXI*, tendo como referência uma perspectiva crítica e o contexto contemporâneo dos desafios da educação e do fazer pedagógico.

O *I Simpósio Humanidades e Linguagens (ISHL)* foi marcado também por uma significativa participação do público, tanto quantitativa quanto qualitativamente. Com centenas de acessos simultâneos e milhares de reproduções, as *lives* dos simpósios temáticos do *ISHL* reuniram virtualmente participantes de todo país. Registra-se a importância do apoio da equipe da TV IFB no sucesso da transmissão do *I Simpósio Humanidades e Linguagens (ISHL)*, que já pode ser considerado mais um importante evento acadêmico no calendário do Instituto Federal de Brasília.

Prof. Dr. Josias José Freire Júnior
Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva

Comunicações

Educação e linguagens: desafios e possibilidades.....	7
Educação das Relações Étnico-Raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Africana na Promoção de uma Educação Antirracista nas Escolas Públicas de Santa Maria - Distrito Federal	8
O ensino-aprendizagem a partir da obra literária "Vidas Secas" entre estudantes do ensino médio por meio do uso do gênero textual <i>graphic novel</i>	11
O ensino remoto na educação de alunos Surdos: o uso de recursos digitais no Instituto Federal de Brasília	15
Despertar a identidade racial da criança a partir da literatura infantil.....	19
Uma análise Sociolinguística sobre o conto "Nóis mudemo" de Fidêncio Bogo.....	25
Diálogo entre literatura e alimentação: uma proposta literária com o gênero textual crônica	28
Sujeitos da construção de Brasília: as potencialidades da fotografia de Thomáz Farkas para o Ensino de Humanidades.....	31
Educação: currículo, ensino e docência em foco	36
O ensino de Geografia e a construção da identidade sociocultural fundamentados em exemplos reais: a habilidade EF06GE01 da BNCC e o caso da comunidade agrícola da Kanegae.....	37
A Lei n° 10.639/2003 e os desafios do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana: o caso do material didático das turmas do ensino fundamental II.....	41
A regulamentação profissional do/a historiador/a no Brasil: uma reflexão sobre sua função social no século XXI	44
Currículo na Educação Profissional: Modificações curriculares no curso Técnico em Nutrição e Dietética do SENAC-DF	47
A padronização da língua e o uso da escrita formal nas mídias sociais.....	51
Construção de conhecimento e saberes dos produtores rurais das CSAs (comunidades que sustentam a agricultura) no Distrito Federal.....	56
A escola no/do campo: um estudo de caso acerca da organização político-pedagógica do Centro Educacional Nova Betânia, em São Sebastião-DF	59
A precarização do trabalho docente: a pandemia de COVID-19 e seus efeitos no âmbito da Educação Básica na rede privada de ensino do Distrito Federal.....	63
Educação e interdisciplinaridade: desafios para o século XXI	68
As diferenças e semelhanças das condições de estudo de estudantes de escola pública e privada, no contexto da pandemia do COVID - 19, no Distrito Federal....	69
Pandemia e política educacional no IFB em 2020.....	74

As emoções e sua influência na docência: ensino remoto no período de pandemia.	77
Agricultura Familiar na Comunidade Agrícola Kanegae: o uso do território como ferramenta de Educação Ambiental na Educação Básica	80
Subjetividade, trabalho pedagógico e desafios da educação frente à pandemia: um estudo com professores da SEEDF	83
O (Re) pensar da Educação Ambiental em tempos de pandemia: o estudo de caso do Centro de Ensino Fundamental 03 e do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho no Distrito Federal	87
A complexidade da autodeclaração racial no contexto das cotas: reflexões a partir da análise dos procedimentos de heteroidentificação	91
Dificuldades da inserção da mulher no mundo do trabalho científico	95



Mesa 1

Educação e linguagens: desafios e possibilidade

Educação das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana na promoção de uma educação antirracista nas escolas públicas de Santa Maria – Distrito Federal

Romero Prado Cardoso

Palavras-chave: Racismo. Afro-brasileiro. Educação.

O principal marco legal no processo de implementação das políticas voltadas à educação para as relações étnico-raciais no Brasil está prestes a completar 20 anos. A Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" (BRASIL, 2003). Nesse sentido, precisa ser compreendida como resultado de um conjunto de lutas do movimento negro pelo reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira e africana como estágio fundamental para constituição de uma educação antirracista. Do mesmo modo, se reconhece que não apenas a Lei é capaz de alterar a realidade, estando também inserida em um contexto complexo de disputas e contradições. É esse cenário que se apresenta como problema da pesquisa aqui apresentada, visando trabalhar no sentido de compreender as relações entre a educação étnico-raciais, os estudos de cultura e história africana e afro-brasileira no contexto da educação antirracista. Propõem-se abordar o tema da relação entre práticas antirracistas na educação das relações étnico-raciais e os estudos de história e cultura afro-brasileira e africana a partir de autores que debatem essa temática e hoje são considerados referências para o assunto. Entre esses autores, indicam-se Nilma Gomes (2013; 2012; 2005), Kabengele Munanga (2008), Hédio Silva Jr. (2002) Sales Augusto dos Santos (2011), João Vitor Moreno (2011) e Dora Lúcia Bertúlio (2011). O objetivo é compreender as relações entre a educação das relações étnico-raciais, os estudos de cultura e história africana e afro-brasileira no contexto da educação antirracista. a) Discutir a educação das relações étnico-raciais a partir da legislação brasileira. b) Refletir sobre o papel da história e da cultura afro-brasileira e africana na constituição de uma educação antirracista. 1 A pesquisa ora apresentada, em seu estágio de desenvolvimento atual, apresenta-se como uma pesquisa teórico-conceitual sobre a relação da história e da cultura afro-brasileira e africana na constituição de uma educação antirracista no ordenamento jurídico brasileiro (legislações, normas, pareceres, resoluções, etc.), bem como na bibliografia que trata da temática. Portanto, por enquanto, trata-se inicialmente de uma pesquisa documental, seguida de um levantamento bibliográfico (LAKATOS; MARCONI, 2017), (LAKATOS; MARCONI, 2018), (MATOS, 2004), (MICHALISZYN; TOMASINI, 2008). Será realizada uma investigação com professores das escolas de Santa Maria, da Secretaria de Educação do Distrito Federal, em que serão aplicados questionários no sentido de analisar os desafios do ensino da história e cultura afro-brasileiras diante da



obrigatoriedade nos currículos oficiais. Esta investigação terá a pesquisa qualitativa como pressuposto teórico-metodológico considerando que possibilitará analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano. Esse método fornece análise mais detalhada sobre as investigações, hábitos, atitudes, tendências de comportamento etc. O tema da educação das relações étnico-raciais e os desafios do ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas serão investigados diante da obrigatoriedade desses temas nos currículos oficiais, por meio da Lei nº 10.639/2003 em todas as escolas públicas e privadas, do ensino fundamental até o ensino médio. O contexto das sociedades plurais impõe às instituições escolares a discussão de uma diversidade de temas complexos relacionados à ética, às diferenças étnicas, culturais e de gênero em prol de uma educação antirracista. A pesquisa encontra-se em andamento e aberta para possíveis modificações que possam contribuir para a relevância do estudo em análise.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 9 de Janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acessado em 01 de out. de 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico raciais e para o ensino da História afro-brasileira e africana**. Brasília/DF: SECAD/ME, 2004.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, Brasília**. SECAD; SEPPIR, junho, 2009.

GOMES, Nilma e JESUS, Rodrigo. **As práticas de trabalho com educação étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/03**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Disponível em <https://bit.ly/2Y1arbK>. Consultado em 15 de jun. de 2020. Editora UFPR.

GOMES, Nilma Lino (2012). **Relações Étnico Raciais, educação e descolonização dos currículos**. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em <https://bit.ly/2B7S103>. Consultado em 15 de jun. de 2020.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. História**. Coleção para todos. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - Brasília: Ministério da Educação, 2005 - Coleção para todos.

O ensino-aprendizagem a partir da obra literária “Vidas Secas” entre estudantes do Ensino Médio por meio do uso do gênero textual *graphic novel*

Rubens do Nascimento Lago

Palavras-chave: Ensino-aprendizagem. Adaptação literária. *Graphic novel*.

No âmbito da história da literatura brasileira, a chamada “prosa de 30”, da escola literária moderna, teve como principal foco romances regionalistas e urbanos preocupados, sobretudo, com problemas sociais, tais como a fome e a miséria (ABAURRE, 2005, p. 540 e 565). Uma das obras de maior expressão nesse período, e certamente a mais contundente da segunda fase do modernismo, foi *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos, publicada em 1938 (DE NICOLA, 2011, p. 523). A obra denuncia muitas das mazelas vividas à época, mas também serve como um quadro de referência para se pensar a realidade atual. Ela se apresenta, portanto, como uma leitura de suma importância para estudantes da Educação Básica, sobretudo do Ensino Médio, tendo em vista as reflexões que suscitam a respeito das questões sociais que marcam a desigualdade regional brasileira, além de seu papel mais imediato na formação do leitor literário. O estímulo à leitura é essencial desde os primeiros anos de vida do ser humano, ainda que não haja compreensão acerca de determinadas estruturas frasais, (SILVA et al, 2018, p. 19). Por meio dessa reflexão, os estudos de incentivo à leitura literária, no Ensino Médio, são primordiais para que se atinja essa competência na formação acadêmica e na vida dos estudantes, como preconiza a Base Nacional Comum Curricular. Contudo, a implementação de obras literárias tradicionais encontra muitos obstáculos no Brasil por diversos aspectos. Nesse sentido, as adaptações literárias surgem como uma alternativa para aproximar estudantes dos clássicos literários, funcionando como um convite à obra principal, estimulando, assim, sua leitura. Conseqüentemente, uma possibilidade de adaptação está nas chamadas *graphic novels*. Estas surgem, com maior ênfase, aproximadamente em 1960, nos Estados Unidos, como gênero textual importante a fim de agregar conhecimento na vida acadêmica de estudantes (PEIXOTO E SILVA, 2014, p. 31).

Diante do exposto, as perguntas desta pesquisa são: a obra literária “Vidas Secas”, no formato de *graphic novel*, é relevante para promover habilidades de leitura dos estudantes, como: compreensão e interpretação em diversas práticas discursivas sociais? Essa adaptação literária possui linguagem mais acessível aos estudantes que a obra em seu formato original? As *graphic novels* podem contribuir para que os estudantes despertem o interesse pela leitura da obra no formato original? A aplicação da *graphic novel*, como método de ensino na Educação Básica, é capaz de despertar a reflexão, o pensamento crítico, a empatia, a solidariedade, e sobretudo a capacidade de se reinventar, de se questionar, ou de se descobrir enquanto ser humano nos vários campos de

atuação social? Para responder a essas questões, será preciso esclarecer o que estamos entendendo aqui por *graphic novel*, adaptação literária, e, de forma contextualizada, gênero textual.

Graphic novel é uma terminologia americana e que, em português, pode ser identificada como novela gráfica ou romance gráfico. As primeiras evidências de aparição da expressão *graphic novel* surgem em fanzines norte-americanos a partir de 1960 (GARCÍA, 2012, p. 32). Esse evento textual pertence à família dos gêneros textuais, já que possui características próprias em sua produção: narrativa própria, linguagem verbal ou não verbal, e por diversas outras peculiaridades (BARTHES, 1971, p. 19). Já o gênero textual refere-se ao estudo que envolve a interdisciplinaridade como foco no funcionamento da língua para a realização de atividades culturais e sociais (MARCUSCHI, 2008, p. 155). Além disso, Marcuschi afirma que o gênero textual precisa ser analisado de modo flexível e deve ser visto como uma entidade dinâmica, contudo o estudioso destaca que cada gênero textual possui sua identidade e é considerada poderosa na produção do texto (MARCUSCHI, 2008, p. 156). O gênero textual *graphic novel* apresenta, portanto, características próprias segundo a sua composição e que delimitam a sua produção linguística e discursiva. Koch menciona a intertextualidade intergêneros que versa sobre a possibilidade de um gênero poder assumir a forma de outro gênero, levando em consideração o propósito comunicativo (KOCH, 2009, p. 114). No que se refere à adaptação literária, nota-se que a leitura é fonte despertadora do conhecimento crítico, por meio dela o indivíduo renova a sua forma de atuar em sociedade, aprimorando e elevando a experiência de cidadania (LACERDA E NERES, 2017, p. 3). Desta feita, adaptar nada mais é que uma atualização do meio discursivo, isto é, adequar um texto ou uma obra de arte às características do discurso em debate, em conformidade com sua situacionalidade, envolvendo elementos midiáticos, sociais, econômicos, políticos, além de discursos intrínsecos a eles. É um “texto secundário”, que resulta de um “texto primário”, original, a partir de uma transformação que nele se constitui (LACERDA E NERES, 2017, p. 3). Diante dessas visões, evidencia-se a relevância de uma obra literária adaptada no meio acadêmico, com o intuito de agregar conhecimento para estudantes de Ensino Médio, seja formando ou resgatando leitores literários.

O presente trabalho disporá de uma abordagem qualitativa, visando clarificar implicações de comparação que podem contribuir para o aprendizado de estudantes do Ensino Médio ao analisar diferenças da obra literária para *graphic novel*, por meio da análise do clássico “Vidas Secas”. A abordagem qualitativa se desdobra por meio de diversos estudos: observações, aplicação de questionários, entrevistas e análise de dados, que devem aparecer de modo descritivo (OLIVEIRA, 2005, p. 37). Assim, haverá a preocupação em realizar aplicação de questionário sobre os gêneros textuais abordados para averiguar se de fato houve contribuições significativas de aprendizagem dos estudantes durante a releitura da obra no formato de *graphic novel*. Além disso, uma análise de dados e uma aplicação de questionários se fazem pertinentes com o intuito de



averiguar se o formato da *graphic novel* foi melhor aceito pelos estudantes.

Por fim, até o momento, foram definidas a 137ª edição da obra literária tradicional “Vidas Secas” e a 7ª edição da *graphic novel* “Vidas Secas” para a investigação desta pesquisa. Para a concretização de coleta de dados, serão investigadas turmas do 2º e 3º anos do Ensino Médio de escolas públicas, localizadas no Goiás e/ou no Distrito Federal, contudo ainda serão definidas.

Referências

ABAURRE, Maria Luiza M. **Literatura Brasileira: tempos, leitores e leituras.** São Paulo, SP: Moderna, 2005.

BARTHES, R. **Introdução à análise estrutural da narrativa.** In: _____. Análise estrutural da narrativa. Pesquisas semiológicas. Petrópolis: Vozes, 1973. Cap. 2, p. 19-60.

COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática.** São Paulo, SP: Contexto, 2016.

DE NICOLA, José. **Literatura brasileira: das origens aos nossos dias.** São Paulo, SP: Scipione, 2011.

GARCÍA, Santiago. **A Novela Gráfica.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 2012.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** São Paulo, SP: Contexto, 2009.

LACERDA, Maíra Gonçalves; NERES, Gregory Oliveira. **Adaptações literárias de clássicos: a importância da relação entre texto e imagem para a formação de leitores.** Minas Gerais, MG: UFMG, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Linguística de Texto: o que é e como se faz?.** São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2012.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PEIXOTO E SILVA, Caroline. **Machado de Assis em *graphic novel*: adaptação ou tradução?.** Minas Gerais, MG: UFMG, 2014.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas / Graciliano Ramos.** – 143^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2019.

RAMOS, Graciliano. **Vidas secas: Graphic Novel / Graciliano Ramos; adaptação Arnaldo Branco; ilustração Eloar Guazzelli.** – 7. Ed. Rio de Janeiro, RJ: Galera Record, 2019.

SILVA, Cleber Cezar de. RINCON, Neire Márzia. SILVA, Paula Márcia Lázaro da. **Ensino de Línguas: práticas em sala de aula, desafios para o século XXI.** Rio de Janeiro, RJ: Mares Editores, 2018.

O ensino remoto na educação de alunos surdos: o uso de recursos digitais no Instituto Federal de Brasília

Karoline Santos Rodrigues

Palavras-chave: Tecnologia Digital. Educação Inclusiva. Surdez. Acessibilidade.

No cenário de ensino remoto e inclusão, temos como proposta discutir o contexto do aluno Surdo, cujo processo educativo tradicional vem sendo alterado pela adoção de novas tecnologias. Além dessas mudanças, fatores como evasão, baixo rendimento e desmotivação na aprendizagem serviram de inquietações para discutirmos o assunto de educação dos Surdos no ensino remoto. Dados de uma pesquisa realizada em 2016, com estudantes Surdos, no campus Gama do Instituto Federal de Brasília, mostram que apenas 5% chegaram a concluir seus cursos presenciais (NOBRE JÚNIOR, 2016). Cabe ressaltar que o termo “Surdo”, aqui destacado com S maiúsculo, faz referência cultural, política e ideológica à comunidade surda que usa a língua de sinais como primeira língua e o português escrito como segunda língua (CASTRO JÚNIOR, 2015).

Com base nos dados apresentados, este estudo pretende contribuir com a visibilidade de recursos digitais que podem ser incorporados à inclusão dos alunos Surdos no contexto de educação inclusiva e ensino remoto. Com o aumento de plataformas digitais utilizadas no ensino remoto, chegamos ao seguinte questionamento: como o docente tem aplicado os recursos digitais na educação de alunos Surdos?

Com o objetivo de verificar o uso dos recursos digitais utilizados por docentes que lecionam ou lecionaram para alunos Surdos no ensino remoto em uma proposta de educação inclusiva, busca-se pontuar a importância da pedagogia visual na educação de Surdos, verificar a acessibilidade no uso de ferramentas digitais e identificar os recursos utilizados no ensino remoto para uma educação inclusiva. Este resumo trata-se de uma pesquisa em andamento.

Compreendemos que acessibilidade para pessoas com deficiência pode se referir à conectividade, aos meios econômicos, à infraestrutura, aos meios cognitivos e de educação, à disponibilidade de informação, à usabilidade etc. Com o advento da sociedade da informação, ela deixa de ser focada no espaço físico e passa a incorporar também o ciberespaço (GUERREIRO, 2012). A acessibilidade é parte das condições preconizadas e de direito das pessoas com deficiência, as barreiras passam a ser discutidas também no contexto da educação, onde este espaço não deve ser constituído num ambiente segregado e exclusivo e sim diversificado e acessível.

Em termos teóricos, a pesquisa está fundamentada em discussões da pedagogia e do letramento visual nas questões de acessibilidade junto ao aluno Surdo. A formação de conceitos por meio da imagem possui uma enorme importância para o aluno Surdo, possibilitando um desenvolvimento cognitivo significativo, assim a utilização de diversas abordagens imagéticas deve ser

considerada para esse público, afinal “imagens também são textos, podem ser lidas e interpretadas, solicitam alguma sistematização e provocam processos semióticos.” (RIBEIRO, 2018, p. 71).

Ao discutir o letramento visual, consideramos também pontuar a quebra de paradigmas na relação entre aluno ou docente ouvinte, quando em sala de aula se depara com um aluno Surdo (bilíngue) que tem dificuldades na diversidade de vocabulários, pois não se trata de um contratempo em relação à aprendizagem dos acadêmicos. Para Varela (2018), a real circunstância que podemos observar “é que estes necessitam da imagem, utilizando-a como uma ferramenta de apoio para conhecer conceitos incomuns, ou seja, comprovando a necessidade do concreto para o entendimento do abstrato.” (VARELA, 2018, p. 145). Desse modo, discutir a linguagem no aspecto de letramento e pedagogia visual é ponderar questões de inclusão e singularidade na aprendizagem de discentes Surdos em todos os níveis de educação.

O estudo está fundamentado também na abordagem de educação tecnológica em questões que permeiam a acessibilidade digital e o ensino remoto. As tecnologias servem como um recurso importante para trazer os alunos Surdos mais próximos do ambiente de aprendizagem. “O estudante precisa visualizar (concreto) para entender o abstrato (explicações de aulas dialogadas)” (VARELA, 2018, p. 144). Considerando o uso das tecnologias na educação, Ribeiro (2018) afirma que elas “nos ajudam ou nos permitem fazer coisas que talvez fossem mais difíceis ou mesmo impossíveis sem elas. [...] Podem favorecer o aprendizado de forma mais fácil ou mais eficiente.”

Outra forma de utilização importante das tecnologias digitais é para inverter a forma de ensinar. Os materiais (vídeos, textos, apresentações) são postados numa plataforma digital para que os estudantes os acessem da sua casa, possam revê-los com atenção, levantem suas principais dúvidas, respondam a algum questionário ou quiz (MORAN, 2012). Essas possibilidades, advindas com a ampliação da tecnologia na educação, devem ser aplicadas também em termos de acessibilidade que permeia a participação de todos os envolvidos no processo.

De natureza qualitativa, a pesquisa se preocupa com o universo dos significados, dos valores e das atitudes dos seres humanos que pensam, interpretam dentro e a partir da realidade vivida (MINAYO, 2016). Caracteriza-se como um estudo de caso descritivo, em função de que são analisados os dados a partir do resultado de questionário *online*, guiado por um roteiro de perguntas semiestruturadas a ser aplicado a docentes que lecionam para alunos Surdos nos níveis de Ensino Médio com técnico integrado e Pós-Graduação dos diferentes cursos do campus Riacho Fundo. A análise de conteúdo será realizada com base nos materiais existentes coletados na pesquisa bibliográfica.

Para verificar os recursos digitais utilizados por docentes, a pesquisa de campo tem como embasamento os seguintes questionamentos: os recursos digitais possuem acessibilidade? Possibilitam a aplicabilidade de uma pedagogia visual incluindo a Libras e o português escrito? Assim, delinearemos as



discussões e os resultados deste estudo. A pesquisa encontra-se em apreciação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas e Sociais – CEP/CHS –, da Universidade de Brasília. Os resultados parciais, obtidos a partir do levantamento bibliográfico, revelam que há pouquíssimos materiais que relacionam a experiência visual com a prática educacional no ensino remoto na educação de alunos Surdos.

As considerações parciais orientam para a necessidade de relacionar a teoria do estudo de letramento visual à prática educacional, independentemente do nível de ensino, em que o uso de tecnologias vem para viabilizar a incorporação do multiletramento nos planejamentos de aula. Este estudo tem como perspectiva apontar para uma formação continuada, correspondente aos aspectos de inclusão com estratégias de multiletramento, acesso à informação e no conhecimento de plataformas digitais que possibilitem a permanência do aluno Surdo na vida escolar/acadêmica.

Referências

CASTRO JUNIOR, Gláucio. Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo. In: ALMEIDA, WG., org. **Educação de surdos**: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 11-26. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457-02.pdf> Acesso em: 10 out. 2020.

GUERREIRO, Bessa Rebello; MARIA, Elaine. A acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência. **Revista Educação Especial**. 2012, 25(43), 217-232 Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127405004> Acesso em 1 fev. 2021

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016

MORAN, José Manuel. **Tecnologias no Ensino e Aprendizagem Inovadoras**. (cap. 4) A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012.

NOBRE JÚNIOR, Rômulo Ramos. **Processos de inclusão**: uma análise do percurso formativo de alunos surdos do IFB Campus Gama. Repositório Científico do Instituto Politécnico de Santarém, 2016. Disponível em: <https://core.ac.uk/display/75983308> Acesso em: 09 out. 2020.

RIBEIRO, Ana Elisa. **Escrever, hoje**: palavra, imagem e tecnologias digitais na educação. São Paulo: Parábola Editorial, 2018, 128 p.

VARELA, Aline Martins. Tecnologia na educação superior: estratégias pedagógicas bem sucedidas para estudantes Surdos. **Revista Intersaberes**. Vol.13 nº28 jan.abr 2018. Disponível em: <https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/1295> Acesso em: 10 out. 2020.

Despertar a identidade racial da criança a partir da literatura infantil

Roberta Alves Rocha

Palavras-Chaves: Literatura infantil. Identidade racial. Livros paradidáticos.

O tema da pesquisa propõe a discussão das relações étnico-raciais através de livros paradidáticos. Considera-se que a temática afro-descendente é relevante desde a infância, a fim de despertar as crianças para possíveis exclusões impostas por uma sociedade racista que se esconde por trás da ideologia da miscigenação e da tão sonhada igualdade racial.

A pesquisa apresenta o seguinte problema: identificar se a literatura infantil contribui para o despertar da consciência de identidade racial da criança. A proposta metodológica para solucioná-lo é a leitura, acessando o conhecimento contido no texto semiótico a fim de entender as imagens e os seus significados, ou seja, identificar as relações entre os textos e o que permeiam as histórias para um futuro reconhecimento da identidade racial e/ou aceitação da mesma.

Para respondê-lo serão necessárias as três obras literárias escolhidas como *corpus* para esse estudo, pois a Literatura infantil representada nos livros analisados – *Que cor é a minha cor*, de Martha Rodrigues; *Menina Bonita do Laço de Fita*, de Ana Maria Machado e *O menino Nito*, de Sonia Rosa – trabalha a identidade, a cultura e o fenótipo afro-brasileiro.

O referencial teórico apresentado é caminho de acesso para responder o problema de pesquisa, porquanto carrega a temática e as ferramentas de estudo necessárias para chegar à resposta pretendida. Prova disso são termos, tais como: literatura, infância, cor, raça, ilustrações, imagens, crianças, etc, presentes nas Referências citadas e, portanto, relevante na análise dos textos literários destinados, não exclusivos, ao público infantil.

Todo o percurso deste trabalho encontra-se registrado em três capítulos, conforme referido a seguir:

No primeiro capítulo, "O Surgimento e Reconhecimento da Infância na História da Humanidade: Percurso Histórico-Crítico", é apresentada a descoberta da infância na história da humanidade a começar pelo período que essa fase não recebia nenhum tratamento diferenciado nem era reconhecida como indispensável para o desenvolvimento do ser humano em formação; assim como seu longo processo até a contemporaneidade, no qual é possível deparar com políticas públicas e uma vasta literatura que fala diretamente sobre o tema, sobre sua importância e sobre a inclusão da criança em sociedade.

No segundo capítulo, "Livros Paradidáticos como Instrumento de Implementação da Lei nº 10.639/03", refere-se à relevância da temática étnico-racial presente nas narrativas tomadas como *corpus* e simultaneamente associa-se ao debate proposto pela Lei nº 10.639/03, a qual torna obrigatório o Ensino de História e cultura Afro-brasileira, criada e oficializada para intervir numa sociedade que, muitas vezes, desconhecem sua história, seus antepassados e a si

mesmos.

No terceiro capítulo, "Despertando a consciência étnico racial", é apresentado como essa produção literária rompe com o estilo de representação do negro que o inferiorizava e estigmatizava, contribuindo para a desmistificação e desconstrução de estereótipos.

A pesquisa desenvolvida é de cunho qualitativo exploratório, tendo a pesquisa bibliográfica como procedimento. Para Marconi e Lakatos (2017, p. 63), [...] "a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras". A técnica utilizada é a análise interpretativa dos livros paradidáticos a partir da perspectiva multimodal e do referencial teórico estudado na revisão da literatura.

A análise das obras literárias tem início com o livro de Sônia Rosa, devido a ele não fazer menção, nem na capa nem no título, ao negro ou às palavras correlacionadas. A história propõe, num primeiro momento, a discussão sobre outras questões, porém a escolha do livro "O menino Nito" se deu justamente por essa invisibilidade epidérmica e, a partir desse ponto, identificar a questão racial presente nas personagens e entender que o negro ocupa ou pode ocupar os mesmos espaços e usufruir das mesmas condições econômicas e educacionais que as personagens da obra.

A obra de Ana Maria Machado dará sequência à análise interpretativa, ao propor um estudo de valorização e afirmação positiva da identidade racial através de características e traços culturais dos familiares e da descendência africana.

A próxima obra investigada, "Que cor é a minha cor", dialoga, em alguns aspectos, com a anterior ao buscar o enaltecimento da epiderme e, em ambas, é possível identificar a ideologia do branqueamento. O livro tem como característica apresentar a origem do povo brasileiro, considerando-se os povos indígenas, negros, europeus e orientais. Assim como a visibilidade de elementos oriundos desses povos. Contudo, em algumas passagens do livro, a autora indefinir a cor, a identidade racial dos habitantes dessa "Terra Papagalli", demonstrando através da narrativa que é possível se classificar a partir das diversas nuances de "marrom" resultante da miscigenação. Vale ressaltar que essa prática é comum entre a população brasileira mestiça ou não para ascender social e economicamente.

O aporte teórico e a análise das produções levaram às seguintes conclusões: a primeira que é possível identificar abordagens teóricas, resultante de diferentes linhas de pesquisa no que tange à temática étnico-racial na tentativa de fazer acontecer a Lei nº 10.639/03, buscando valorizar a história desse segmento sob um ponto de vista afirmativo.

A segunda indica que os livros paradidáticos ou de Literatura Infantil, por seu caráter lúdico, são portadores de numerosas informações e contribuem para uma interpretação associada à realidade vivenciada ou presenciada pelos leitores, quando propõem uma leitura através da teoria multimodal. Essa teoria enriquece a análise do material didático ao propor um olhar mais atento e



minucioso sobre a obra, como posto a seguir: “[...] as análises devem focar mais os sistemas semióticos – em lugar de uma linguagem baseada apenas em sistemas de escrita” (FERRAZ; VIEIRA, 2011, p. 142). Através dessa teoria é possível analisar tanto a narrativa como as imagens presentes na obra.

O trabalho é relevante para a educação e as práticas pedagógicas, pois será possível entender como as questões raciais estão sendo recebidas, analisadas e (re)construídas na Literatura Infantil depois da Lei nº 10.639/03 e desenvolvidas no material didático, em especial, nos livros mencionados.

Referências

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksman. - 2. Ed. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2012. 196 ps.

COSSON, Rildo. **Letramento Literário: Teoria e Prática**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2014. 135 p.

FAZZI, Rita de Cássia. **O drama racial de crianças brasileiras: Socialização entre pares e preconceitos**. - 2. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 224 p.

FERRAZ, Janaina de Aquino; VIEIRA, Josenia Antunes. **Multimodalidade: Contato entre diferentes semioses em livro didático de PBSL**. PAPIA 21 (volume especial), 2011. ISSN 0103-9415. p. 135-150.

FERRAZ, Janaína de Aquino. **A Importância da Multimodalidade na Formação do Docente de Português como Segunda Língua**. Anais do SIELP. Volume 1, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2011. ISSN 2237-8758 408.

HEMAIS, Barbara. **Multimodalidade: enfoque para o professor de ensino médio**. 4 p.

HENICK, Angélica Cristina; FARIA, Paula Maria Ferreira de. **História da Infância no Brasil**. EDUCERE – XII Congresso Nacional de Educação. PUCPR – 2015. 11 p.

HOFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (públicas) Sociais**. Cadernos cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001. p. 30-41.

JOVINO, Ione da Silva. **Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil**. In. SOUZA, Florentina e LIMA, Maria Nazaré (Org). **Literatura Afro-Brasileira**. Centro de Estudos Afro- Orientais, Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. p. 181-222.

Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm#art1>. Acesso em: 27 de junho de 2019.

MACHADO, Ana Maria. **Menina Bonita do Laço de Fita**. Ilustrações Claudius. - 9. ed. - São Paulo: Ática, 2011. 24 p.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. - 8. ed. - São Paulo: Atlas, 2017. 288 p.

_____. **Metodologia Científica**. – 7.ed. – [2.Reimp.]. – São Paulo: Atlas, 2018. 93 p.

MOREIRA, H. & CALEFFE, L. G. **O planejamento da pesquisa: do problema à revisão da literatura**. In: _____. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 21-38.

MOREIRA, M. A. **Teorias da Aprendizagem: A teoria da mediação de Vygotsky**. São Paulo: EPU, 1999. p. 107-120.

_____. **Teorias da Aprendizagem: A teoria da aprendizagem significativa de Ausubel**. São Paulo: EPU, 1999. p. 159-173.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. 140 p.

RODRIGUES, Martha. **Que cor é a minha cor?** Desenhos de Rubem Filho. – Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005. 24 p.

ROSA, SONIA. **O menino Nito**. Ilustrações: Victor Tavares. Rio de Janeiro: Editora Pallas, 2006. 17 p.

SILVA, Aline Luiza da. **Trajetória da Literatura Infantil: da Origem Histórica e do Conceito Mercadológico ao Caráter Pedagógico da Atualidade**. REGRAD – Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM, v. 2 – n. 2 - jul /dez – 2009. p. 135-149.

SILVA, Jerusa Paulino da. **A construção da identidade da criança negra: a literatura afro como possibilidade reflexiva**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Pedagogia) - Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2010. 78 fl.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **A produção social da identidade e da diferença**. In: SILVA, T. T (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. - .Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 73-102.



ZILBERMAN, Regina. **A Literatura infantil na escola**. São Paulo: Global, 2003.
235 p.

Uma análise Sociolinguística sobre o conto “*Nóis mudemo*” de Fidêncio Bogo

Camila Alves dos Santos Lima

Palavras-chave: Conto *Nóis mudemo*. Ensino de língua portuguesa. Variação linguística.

Neste trabalho será investigado o conto “*Nóis mudemo*”, sob a perspectiva da sociolinguística que realiza estudos de fatos linguísticos por meio de pesquisa de campo, ela registra, descreve e analisa os diferentes falares, e, assim, se consegue perceber a variedade linguística que existe nas diversas regiões do Brasil. O autor do conto “*Fidêncio Bogo*” nasceu em 1931 na cidade de Santa Catarina, foi professor, escritor e poeta. Participou da criação da Fundação Universidade do Tocantins (Unintins). Publicou diversas obras literárias como: “*Poesia Um; O Quati e outros contos*”; “*Minha Escola, Escola da Vida*”; entre outras. Era membro da Academia Tocantinense de Letras e da Academia Palmense de Letras. Nesse sentido, como a pesquisa se trata da análise do conto, o trabalho será de caráter qualitativo por investigar documentos oficiais.

O conto “*Nóis mudemo*” foi narrado na obra “*O Quati e outros contos*” (2001), composta por onze contos que, segundo o autor, norteiam os alunos na percepção de reconhecimento do contexto social em que vivem. De modo sucinto, o conto retrata a realidade existente na maioria das escolas brasileiras, onde as aulas de Língua Portuguesa se restringem ao ensino massivo da gramática normativa e suas regras, deixando, com isso, o conhecimento dos usos linguísticos dos alunos de lado.

Por esse motivo, muitas vezes, os alunos acabam sendo excluídos da escola por não conseguirem se adequar às regras gramaticais impostas por ela. É justamente essa ideia de exclusão e evasão escolar, por conta da não valorização das diferentes variedades linguísticas existentes no cotidiano dos alunos, que iremos analisar se, de fato, o conto nos traz uma reflexão acerca do ensino de Língua Portuguesa ou se também comete o preconceito linguístico ao não reconhecer alguma variedade.

A temática abordada na pesquisa traz considerações relevantes para o ensino de língua materna, uma vez que trabalha a concepção de língua heterogênea vinculada à sociedade e cultura dos falantes. Atualmente, discute-se muito o conceito de variedade linguística e de como vem sendo ensinada nas escolas, com a intenção de que haja uma coerência no ensino. Por esse motivo, a pesquisa pretende entender como a fala do aluno Lúcio é representada no conto com base nos estudos das variações linguísticas. Dessa forma, objetiva-se proporcionar um melhor entendimento sobre o tema e de sua importância para os estudiosos da linguagem, uma vez que a variação linguística, na perspectiva da Sociolinguística, reconhece a língua como flexível e heterogênea. Identificando-se, com isso, que a língua não é homogênea.

De acordo com Tarallo (2003, p. 08), a variação linguística é entendida como “diversas maneiras de dizer a mesma coisa em um mesmo contexto, e com mesmo valor de verdade.” Partindo desse conceito entende-se que a variação linguística é compreendida como o fenômeno comum a todas as línguas e que pode ser verificado nos níveis fonéticos, fonológicos, lexicais, morfológicos, sintáticos, semânticos, entre outros.

Um exemplo de variação fonética do português brasileiro é o vocábulo *tia*, realizados de formas diferentes por falantes das cidades de Recife e do Rio de Janeiro, pois, apesar da pronúncia do vocábulo serem diferentes, as duas formas coexistem. Isso reafirma a existência das variedades e, dessa forma, reforça a necessidade de desfazer qualquer tipo de preconceito, uma vez que o falante faz uso de uma ou outra variedade que melhor o representa e que melhor reflete sua intencionalidade no diálogo.

Em um trecho do diálogo do aluno Lúcio, com a professora, encontramos um exemplo de regionalismo: “*É que nós mudemo onti, fessora*”. O uso da variedade “*nóis*” em vez de “*nós*” representa a variação fonética. Em contrapartida, no diálogo da professora – “*A gente deve dizer: nós mudamos, tá?*”, a escolha da variedade “*a gente*” não é considerada marca de desprestígio pelo autor na fala da professora. O conto tenta trazer a problematização acerca do preconceito linguístico em sala de aula e conseqüentemente a exclusão que ele causa, mas acaba não reconhecendo as variedades linguísticas usadas pelo aluno.

Nas línguas históricas, existem variedades de prestígio e variedades estigmatizadas. As variedades de prestígio se aproximam de uma variedade documentada, registrada e prescrita. As variedades de não prestígio são tratadas como marcas de estigmas, uma vez que o autor não traz uma representação fiel de um determinado falante de certa localidade, por exemplo, no conto. No trecho pronunciado por Lúcio, “*Pai, não vô mais pra escola!*”, o uso do “*vô*” em vez de “*vou*” não é estigmatizado na sociedade, pois as pessoas geralmente falam: “*vô ali no supermercado*”. Entretanto, no texto, aparece marcado apenas na fala do aluno, sendo que a professora também fala “*vô*”, mas no conto não aparece. Outro trecho no diálogo do pai de Lúcio, “*Não liga pras gozações da mininada!*”, temos um exemplo de variação fonética. A escolha de uma variedade em detrimento de outra, por parte do falante, não significa dizer que uma é melhor ou pior que a outra, e sim que, naquele momento, para determinado indivíduo, foi a forma mais adequada a ser usada.

Portanto, pretende-se demonstrar que a variação é percebida como algo necessário aos falantes de uma língua, pois o que acontece com ela são processos naturais motivados pela necessidade da comunicação entre os falantes. Espera-se, com esse trabalho, possibilitar que os alunos consigam reconhecer seus falares como instrumento de comunicação e com isso possam se desenvolver socialmente, sem receios de estarem sendo excluídos e/ou marginalizados.



Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, como se faz.** São Paulo: Edições Layola. 1999.

BOGO, Fidêncio. **O quati e outros contos.** Palmas: Provisão Estação Gráfica e Editora Ltda, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemu na Escola: e agora?** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

LIMA, Newton Vieira Neto. **Brasília, sua gente, seus sotaques: difusão candanga e focalização brasiliense na capital federal.** 2018 259 f. Tese (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Português, Linguística e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília).

Diálogo entre literatura e alimentação: uma proposta literária com o gênero textual crônica

Nelise Pereira da Silva Pacheco

Palavras-chave: Literatura. Alimentação. Crônica. Ensino.

O diálogo entre a literatura e a alimentação revela uma analogia, em que o ato de ler busca saciar um apetite intelectual, já o ato de se alimentar busca satisfazer a vontade do corpo. Tal relação estabelece um ponto de confluência entre o saber e o sabor à medida que proporciona um exercício de imaginação e prazer que possibilita resgatar lembranças e emoções, bem como a ampliação dos sentidos. Outro aspecto de confluência surge na própria etimologia dos vocábulos, conforme apresentado por Carneiro: “Saber e sabor são palavras derivadas de um mesmo radical latino (*sapere*, ‘ter gosto’)” (CARNEIRO, 2003, p. 5). Dentro dessa perspectiva, a pesquisa busca explorar as diferentes dimensões do universo literário e o universo da alimentação estabelecendo as aproximações que envolvem os aspectos sociais e psicológicos das duas áreas dentro do contexto escolar. Em relação à literatura, Antonio Candido destacou a função humanizadora, ao afirmar: “A literatura nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante.” (CANDIDO, 1995, p. 180). O autor destaca ainda a importância no processo da formação do homem, ao abordar as funções da literatura como: a função psicológica, a qual a literatura permite uma ligação do homem com a fantasia e a ficção, bem como a função social, em que o leitor estabelece a relação entre realidade e ficção. Tais aspectos são importantes para compreender que a literatura abarca diversos pontos que contribuem no processo de formação do homem e a relevância de se estabelecer novas perspectivas da literatura no contexto escolar. Já no universo da alimentação, é possível explorar as dimensões biológica, psicológica e sociológica citadas por Poulain (2013), em que o autor apresenta um panorama da história da alimentação. Segundo o autor, “ao comer, nós ingerimos um alimento que participa de nossa vida corporal íntima. Ele atravessa a fronteira entre nós e o mundo. Ele nos reconstrói e nos transforma ou pode nos transformar.” (POULAIN, 2013, p. 93). Toda análise realizada pelo autor nos permite constatar o amplo campo de atuação da alimentação em uma dimensão social. Assim, a presente pesquisa busca elaborar uma reflexão sobre o tema literatura e alimentação explorando a temática para o contexto da sala de aula, resultando na produção de uma proposta didática partindo de uma análise literária de crônicas selecionadas como forma atrativa para tratar sobre alimentação em sala de aula.

O presente estudo justifica-se na medida em que captamos os dados que constatarem as características do enlace da percepção do alimento na produção literária, destacando como as crônicas selecionadas podem ser exploradas nas concepções de literatura e nas suas implicações no processo de ensino. É



importante destacar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), de Língua Portuguesa, apontam os gêneros literários para a prática de leitura e escrita de textos. Assim, a relevância da funcionalidade do gênero textual crônica auxilia no processo de nivelamento da linguagem e facilita a comunicação, contribuindo para o aprimoramento da leitura, bem como o estímulo à produção textual, ao debate sobre a temática e a ampliação do acervo cultural do aluno.

A fundamentação teórica para esta pesquisa é constituída, inicialmente, por autores como Candido (2002) e Zilberman (1988), que discutem questões relacionadas à literatura tendo como base a didática e o ensino-aprendizagem no ambiente escolar. Em seguida, serão apresentados os autores como Poulain (2013) e Carneiro (2003), que retratam a história da alimentação, abrangendo os aspectos culturais, sociais e psicológicos. Para estabelecer o diálogo entre literatura e alimentação, serão analisadas as crônicas selecionadas de autores com reconhecida contribuição para a literatura brasileira, em que é possível identificar a temática da pesquisa, tais como Rachel de Queiroz; Paulo Mendes Campos; Nina Horta e Ana Holanda. As crônicas selecionadas apresentam a descrição do alimento inserido em um contexto que estabelece uma relação com os aspectos históricos e culturais de uma época. O principal objetivo é mapear as potencialidades do diálogo entre a literatura e alimentação para o ensino-aprendizagem da literatura, formulando como resultado uma proposta didática que explore o ato alimentar, levando em consideração os aspectos culturais, sociais e psicológicos da realidade do aluno.

O objetivo desta pesquisa é apresentar o diálogo entre a literatura e a alimentação, estabelecendo uma ponte com o contexto escolar. Para isso, será realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica que consistirá no levantamento de informações e análise a respeito da temática apresentada envolvendo o contexto histórico, literário e cultural. Em seguida, passr-se-á por uma análise das crônicas selecionadas, resultando em uma proposta pedagógica como uma possibilidade de inserção do tema: literatura e alimentação em sala de aula. A pesquisa bibliográfica possibilita reunir de maneira geral as principais características da relação entre literatura e alimentação. O percurso metodológico abrange, em um primeiro momento, a análise de aspectos relacionados à literatura e alimentação e, posteriormente, a apresentação de uma prática didática que pode ser aplicada em sala de aula. Para subsidiar a proposta didática e a problemática de pesquisa, utilizaremos um formulário destinado a docentes de diferentes instituições, com intuito de identificar como a relação entre literatura e alimentação é praticada em sala de aula. Com bases nesses dados, será possível analisar e debater como os docentes abordam a temática em aula. Caso não abordem, é importante compreender por que não o fazem, identificando como os docentes visualizam a inserção do tema literatura e alimentação em sala de aula. Assim, será possível lançar as possibilidades de trabalho por meio das propostas didáticas com a análise da realidade de um grupo de diferentes docentes.

Referências

- ABREU, Márcia. **Cultura Letrada: literatura e leitura**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: CANDIDO, Antonio. **Textos de Intervenção**. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 77-92.
- CANDIDO, Antonio. **Vários Escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CARNEIRO, Henrique. **Comida e Sociedade: uma história da alimentação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- CEREJA, William Roberto. **Ensino de literatura: uma proposta dialógica para o trabalho com literatura**. São Paulo: Atual, 2005.
- CRIAÇÃO E CRÍTICA. **A mesa e o imaginário alimentar na literatura**. São Paulo:
- FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da alimentação**. São Paulo: Estação da Liberdade, 1998.
- PAIVA, Aparecida ET AL. (Org.). **Literatura e Letramento: espaços, suporte e interfaces**. Belo Horizonte: Autêntica; UFMG, 2003.
- POULAIN, J-P. **Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar**. 2. Ed. Florianópolis: EdUFSC, 2013.
- ZILBERMAN, Regina; SILVA, E.T. **Leitura Perspectivas Interdisciplinares**. São Paulo: Ática, 1988.

Sujeitos da construção de Brasília: as potencialidades da fotografia de Thomáz Farkas para o Ensino de Humanidades

Davi Aragão Martins da Silva

Palavras-chave: Ensino de Humanidades. Fotografia. Brasília.

Brasília foi um projeto ousado que mobilizou diversas áreas do Brasil. Muitos olhares estavam concentrados na construção da nova capital do País, que seria símbolo de modernidade e de uma sociedade utópica.

Nos discursos oficiais, aparecem apenas alguns sujeitos considerados responsáveis pela existência da cidade. Esses personagens “importantes” são representados por arquitetos, engenheiros, funcionários públicos, pessoas como Lúcio Costa, Israel Pinheiro, Bernardo Sayão e Oscar Niemeyer.

Além de pessoas, locais foram pensados para reforçar uma memória hegemônica como o Memorial JK e o Palácio do Catetinho. Sampaio (2016, p. 74) expõe que: “outro dispositivo utilizado pelo governo brasileiro para legitimar a ‘ideia de Brasília’ foi a realização de exposições promovidas pelo Ministério das Relações Exteriores mundo afora”, que reforçava a promoção de Brasília enquanto empreendimento.

A partir de tais pressupostos, buscaremos, por meio deste trabalho, pesquisar outros sujeitos que a história oficial tratou de maneira marginal: os trabalhadores. A ideia é investigar, por meio de fotografias de Thomáz Farkas, a potencialidade desses registros fotográficos no ensino de humanidades.

Buscamos pesquisar o esquecimento dos trabalhadores e “sujeitos comuns” que trabalharam na construção de Brasília. A seguir, um registro de Farkas apresenta a pluralidade de sujeitos na inauguração e que, provavelmente, são pessoas que estavam presentes nas obras. Pensaremos, por meio de fotografias de Farkas, a importância de reviver a memória de quem foi abafado pelos relatos oficiais.



Fotografia 1: Populares sobre a cobertura do palácio do Congresso Nacional no dia da inauguração de Brasília.

Fonte: Thomaz Farkas (1960). Brasília-DF – Brasil –, 21 de abril de 1960.

A construção de Brasília foi e é representada como algo “faraônico” e símbolo de modernização do País. Buscaremos responder questões: como evidenciar pessoas colocadas em esquecimento por meio das fotografias de Thomáz Farkas? Imagens são suficientes para refletir acerca destes sujeitos que foram deixados de lado? A fotografia tem potencialidade para ser utilizada em sala de aula?

Esta pesquisa surgiu a partir do interesse por fotografia e de sua capacidade de elucidar conceitos abstratos. A partir disso, buscamos pensar em uma temática de relevância nos campos da História, da educação e da cultura visual.

Percebemos, por meio das fontes até então pesquisadas, a hierarquia sobre a maneira como a memória foi construída. Primeiro aparecem os homens “poderosos”. Na sequência, homens trabalhadores e, por fim, as mulheres. Sampaio (2016, p. 65) explica que:

[...] Brasília é uma capital administrativa e que seus construtores não tiveram direito de nela permanecer. O direito à residência é revelador das hierarquias de classe que separam a população. Enquanto a burocracia estatal ganhou várias habitações no Plano Piloto, aqueles que construíram a capital foram removidos para as cidades satélites ainda durante a construção.

Percebemos o descaso com a memória e os direitos de sujeitos vitais para que a construção da capital ocorresse. Ao longo deste trabalho, perceberemos se há injustiça no reconhecimento dos sujeitos que estiveram na capital durante sua construção.

Nos pautamos na leitura da dissertação intitulada “*Construções: Imagens, discursos e narrativas na Brasília de Thomaz Farkas*” de Juliana de Arruda Sampaio (2016). O trabalho aborda um contexto social de Brasília à época das fotografias de Farkas que se preocupou em mostrar imagens além do Plano Piloto.

O texto “*Ontologia da imagem fotográfica*”, de André Bazin (1983), cria um embate entre artes plásticas e fotografia para mostrar como este diálogo muda de acordo com o tempo. A leitura do texto é importante para instigar a compreensão da fotografia e suas subjetividades.

O livro intitulado “*Patrimônios subterrâneos em Brasília*”, de José Walter Nunes (2005). Em linhas gerais, o autor também trata de autores que, outrora ou ainda, estavam “sem voz”. Ele coloca tais sujeitos numa condição de autônomos e que lutavam por seus direitos.

O documentário “*Brasília – Contradições de Uma Cidade Nova*” (1967) é um filme de Joaquim Pedro de Andrade e roteirizado por Jean Claude Bernardet que conta com imagens de Brasília durante a construção. Apresenta o Plano Piloto e sua estrutura arquitetônica e geográfica. Mais à frente, é possível perceber, também, a vida cotidiana de alguns candangos. Mostra Taguatinga e também o dia a dia de sujeitos que geralmente não são mostrados.

Como contraponto, o vídeo “*Brasília: planejamento urbano*” (1964) mostra Brasília de uma maneira futurista com seus projetos arquitetônicos. A narrativa é otimista e ufanista. Não mostra nenhum trabalhador. Roteirizado por Maria Elisa Costa e Fernando Coni Campos e a narração foi baseada em relatórios de Lúcio Costa.

Para evidenciar a valorização de homens e mulheres que vieram a Brasília para sua construção, selecionaremos fotografias de Thomáz Farkas que permitam uma pesquisa sobre narrativas de reconhecimento de sujeitos invisibilizados. O acesso às fotografias de Farkas, por meio do Instituto Moreira Salles (IMS), será fundamental.

Por meio de artigos, livros, podcasts, criaremos um arcabouço de referências para dialogar o problema com os objetivos desta pesquisa. Para que tal reconhecimento aos sujeitos seja possível, será sugerido o uso de fotografias que apresentam mulheres, crianças e homens durante a construção de Brasília, de maneira didática para serem utilizadas em salas de aula.

Até então percebemos que há muito material sobre Brasília, mas ainda há pouco sobre candangos. O currículo talvez conceda privilégios para os saberes históricos de fatos ocorridos na região sudeste do País. Talvez isso faça sentido ao rememorar “o interior brasileiro, remetendo à antiga dualidade colonial que dividia o território nacional entre um sertão/interior visto como selvagem, longínquo e pouco conhecido e um litoral povoado e civilizado”, (SAMPAIO, 2015, p. 80). Desse modo, talvez a história da capital seja vista apenas como um evento recente e de rápida duração.

Por ora, conseguimos uma conversa via *Google Meet* com Juliana de Arruda Sampaio que foi fundamental para explicar as trilhas metodológicas de sua pesquisa. Ainda como plano desta pesquisa, buscaremos realizar a leitura e o fichamento de outros autores que abordam temas como direito à cidade e memória.

Referências

BAZIN, André. Ontologia da imagem fotográfica. In: XAVIER, Ismail (org.). **A experiência do cinema**: antologia. Rio de Janeiro: Graal, 1983. v. 5, cap. 1.5, p. 121-128.

BRASÍLIA - Contradições de Uma Cidade Nova. Direção: Joaquim Pedro de Andrade. Produção: Klaus Manfred Eckstein. Roteiro: Jean-Claude Bernardet. Fotografia de Affonso Beato. Distrito Federal: Filmes do Serro, 1967. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3Ony7axA-CE>. Acesso em: 7 jan. 2021.

BRASÍLIA: Planejamento Urbano. Direção: Fernando Coni Campos. Produção: Fernando Coni Campos. Roteiro: Maria Elisa Costa. Fotografia de Maria Elisa Costa. Distrito Federal: [s. n.], 1964. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=eH_5Tf7dXrk. Acesso em: 7 jan. 2021.

FOTOGRAFIA & Teoria #1 - Ontologia da Fotografia. Direção: Carlos Henrique Siqueira. Roteiro: Carlos Henrique Siqueira. Distrito Federal: Fotografia & Teoria, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nkgXVUrExkU&feature=emb_title. Acesso em: 7 jan. 2021.

História Pirata #28 - A História de Brasília e outras Brasília com Cristiane Portela e Mateus Gamba [Locução de]: Rafael Santesso Verdasca e Daniel Gomes de Carvalho. [S.l.]: História Pirata, set. 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2RS60U8IAMOzXprYxOGTDe?si=CxVFIJDbr8esa-exBFBobg>. Acesso em: 7 jan. 2021.

NUNES, José Walter. **Patrimônios Subterrâneos em Brasília**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 224 p. ISBN 85-7419-491-3.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. **Uma nova (des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado – Goiânia, Brasília e Palmas**. Orientador: Celene Cunha Monteiro A. Barreira. 2014. 20 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Estudos e Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/4051/2/Disserta%20c3%a7%20c3%a3o%20-%20Marcia%20Cristina%20Hizim%20Pela%20-%202014.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2021.

SAMPAIO, Juliana de Arruda. **Construções**: Imagens, discursos e narrativas na Brasília de Thomaz Farkas. Orientador: Lilia Katri Moritz Schwarcz. 2016. 126 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e

Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-14022017-093620/publico/2016_JulianaDeArrudaSampaio_VOrig.pdf. Acesso em: 7 jan. 2021.

SANTOS, Antônio Carlos. Fotografia e pintura, a questão do realismo no século XIX. **Crítica Cultural**, Santa Catarina, v. 3, n. 2, julho/dezembro 2008. Disponível em: http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Critica_Cultural/article/view/121/132. Acesso em: 7 jan. 2021.

SIQUEIRA, Carlos Henrique. **André Bazin**: “Ontologia da imagem fotográfica”. Distrito Federal, 2014. Disponível em: <https://fotografiaeteoria.wordpress.com/2014/03/20/andre-bazin-ontologia-da-imagem-fotografica/>. Acesso em: 7 jan. 2021.

X ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 10., 2010, Pernambuco. **Brasília: amor à cidade e cidadania** [...]. Pernambuco: UFPE, 2010. 20 p. Disponível em: https://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270413259_ARQUIVO_BRASILIAversaoRecife.pdf. Acesso em: 7 jan. 2021.



Mesa 2

Educação: currículo, ensino e docência em foco

O ensino de Geografia e a construção da identidade sociocultural fundamentados em exemplos reais: a habilidade EF06GE01 da BNCC e o caso da comunidade agrícola da Kanegae

Natalia Nunes Ribeiro

Palavras-chave: Ensino de Geografia. Paisagem. Identidade sociocultural. Colônia Agrícola Kanegae. Base Nacional Comum Curricular.

A hipótese deste estudo se alinha à concepção de que os fenômenos associados à transformação da paisagem, no âmbito da comunidade agrícola da Kanegae, convergem como um exemplo a ser explorado no ensino de Geografia, nos anos finais do ensino fundamental, consoante ao desenvolvimento da habilidade EF06GE01 da Base Nacional Comum Curricular (2017), especialmente, para os professores de escolas públicas localizadas no Riacho Fundo I. Segundo a BNCC (2017), a habilidade EF06GE01 consiste em: “comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos”.

É válido ressaltar que, neste estudo, não se aplica o questionamento das formas pelas quais os conteúdos são abordados nos currículos escolares ou nos livros didáticos. Posto isso, este estudo emerge como insumo à prática pedagógica no que diz respeito ao conceito geográfico de paisagem e a mudança desta, em diferentes tempos, nos locais de vivência dos estudantes, especificamente aqueles pertencentes à comunidade escolar do Riacho Fundo I, região administrativa do Distrito Federal.

O ensino da Geografia, consoante as ideias de Castellar (2005), deve assumir caráter investigativo, fomentando a concepção do espaço em suas múltiplas dimensões. No entanto, Castellar (2005) reitera que este é um grande desafio para a geografia escolar, especialmente no que diz respeito à análise de conceitos associados a fenômenos geográficos de diversas naturezas e contextos sociais.

Ademais, a escassez de exemplos que se conectem com o espaço de vivência do estudante se dá pelo fato dos fenômenos geográficos, analisados de forma prática, restringirem-se à academia e, contudo, carecem de aplicabilidade na prática escolar, concordante a Castellar (2005).

Callai (2015) ressalta contextos em que o professor, como facilitador do processo de ensino-aprendizagem, não reconhece ou não identifica os meandros que permeiam a realidade estudada, seja pela sobrecarga de trabalho, pela autonomia limitada no que diz respeito à organização curricular ou, até mesmo, pela falta insumos à realização de uma atividade pedagógica diversificada. Sendo assim, para este último, aplicam-se os métodos e resultados apresentados neste estudo.

Para o embasamento teórico deste estudo, foram selecionados, no que concerne à apropriação dos conceitos e das categorias de análise da Geografia,

as discussões levantadas por Milton Santos nas obras: “Da totalidade ao lugar”, “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” e “Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia”.

No que tange às configurações espaciais e suas subsequentes metamorfoses, para um maior entendimento de seus agentes motivadores, servirão de arcabouço teórico: “O lugar no/do mundo” e “A cidade” de Ana Fani Alessandri Carlos. Acerca da questão urbana do Distrito Federal, dos agentes transformadores da comunidade agrícola Kanegae e suas respectivas escalas temporais se destacam as obras de Aldo Paviani, a exemplo de “Geografia Urbana do Distrito federal”, bem como estudos realizados pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

Na esfera da educação geográfica, os estudos de Helena Copetti Callai, Lana de Souza Cavalcanti e “A paisagem e o ensino de Geografia” de Míriam Aparecida Bueno, Alfonso Garcia de La Vega.

A metodologia aplicada neste estudo, conforme Silveira (2009), consistirá, no que tange a sua abordagem, em uma perspectiva qualitativa, visto que seu objetivo primordial está alinhado com ao diagnóstico de uma necessidade oriunda de um grupo social, nesse caso, professores de Geografia dos anos finais do ensino fundamental, lotados no Riacho Fundo I, que necessitem de um insumo pedagógico alinhado à realidade de seus alunos. Aplica-se, também, a importância do reconhecimento deste estudante como sujeito local.

Como suscita Silveira (2009), a utilização do método qualitativo visa explicar a razão dos fatos apontando para a melhor atitude a ser tomada, porém não há uma quantificação de valores e nem mesmo uma prova de fatos, pois os dados obtidos não são exatos e se valem de diferentes perspectivas.

Quanto à natureza, o estudo se enquadra em uma pesquisa aplicada, conforme Silveira (2009), visto que se volta ao suprimento de uma demanda associada a um recorte social específico. Sendo assim, os produtos obtidos através deste estudo poderão embasar a formulação de futuras ações focadas no aperfeiçoamento da prática dos educadores e das metodologias voltadas para o ensino de Geografia nas escolas públicas do Distrito Federal.

Acerca dos objetivos, a pesquisa se aproxima do viés exploratório, pois vai ao encontro das ideias de Gil (2002). Tal abordagem possibilita uma maior familiaridade do problema de modo a torná-lo mais explícito ou construir hipóteses.

No campo dos procedimentos, considerando a limitação de informações e dados consoantes ao processo de ocupação, as mudanças paisagísticas e até mesmo ao recorte territorial da comunidade agrícola Kanegae, o estudo se alinha à concepção da pesquisa documental, conforme Gil (2002). Fruindo de múltiplas fontes (fotografias, gravações, acervos de associações), a pesquisa será conjugada à de campo, por meio de entrevistas e captação de relatos, a fim de obter as diversas interpretações dos fenômenos vivenciados pela comunidade.

A primeira e atual etapa deste estudo consiste no levantamento bibliográfico aliado à pesquisa documental, visando à compreensão dos



processos, agentes e fenômenos que resultaram na mudança paisagística da comunidade agrícola Kanegae no início da década de 1960 aos dias atuais. Além disso, também foram realizadas pesquisas preliminares em campo com vistas ao reconhecimento da comunidade em seus aspectos diversos.

Ao final desta pesquisa, almeja-se como produto um plano de aula que atue como insumo e sugestão de ferramenta pedagógica contextualizada para os professores da rede pública do Riacho Fundo I. Neste estudo, reside o anseio da oferta de um aparato pedagógico aos docentes que possibilite o despertar, o fortalecimento da identidade sociocultural dos estudantes através do estudo da paisagem que os cerca – consequentemente – viabilizando o desenvolvimento da habilidade (EF06GE01) da BNCC (2017).

Referências

- Arquivo Geral. Imigrantes japoneses ainda produzem hortaliças no Riacho Fundo I. **Jornal de Brasília**, Brasília, 05 ago. 2010. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/cidades/imigrantes-japoneses-ainda-produzem-hortaliças-no-riacho-fundo-i/>. Acesso em: 15 ago. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- CALLAI, Helena Copetti et al. **Educação geográfica: reflexão e prática**. 1.ed. Ijuí. Ed. Unijuí, 2011. 320p.
- CALLAI, Helena Copetti. Geografia e a escola: muda a geografia? Muda o ensino? **Terra Livre**, São Paulo, v. 1, n. 16, p. 133-152, jan./jun. 2001.
- CASTELLAR, Sonia Maria Vanzella. Educação geográfica: a psicogenética e o conhecimento escolar. **Cadernos Cedes**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 209-225, maio/ago. 2005.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2002. 188p. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. Tradução: Adail.U.Sobral; Maria.S. Gonçalves. 17.ed. São Paulo. Ed.Loyola, 1992. 352p.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2003. 311p.
- PAVIANI, Aldo. Demandas sociais e ocupação do espaço urbano. O caso de Brasília, DF. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v.1, n.21, p. 75-92, jan./jun.2009.
- PAVIANI, Aldo. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. **Espaço e Geografia**, Brasília, v.10, n.1, p.1-22, 2007.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**.4.ed. 2.reimpre. São Paulo. Edusp, 2006. 260p.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1.ed. São Paulo. Edusp, 2014. 176p.
- SILVEIRA, Denise Tolfo et al. **Métodos de pesquisa**. 1.ed. Porto Alegre. Ed. UFRGS, 2009. 116p.

A Lei nº 10.639/2003 e os desafios do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana: o caso do material didático das turmas do ensino fundamental II

Denise de Oliveira Nonato Fernandes

Palavras-chave: Educação. Descolonização dos Currículos. Educação das Relações étnico-raciais nos livros didáticos do fundamental II.

Buscando combater a visão de inferiorização e invisibilidade, a Lei nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio das escolas brasileiras. A Lei foi criada para que haja um reconhecimento de violências e traumas do passado e até mesmo como reparação histórica, de forma que afrodescendentes sejam vistos como sujeitos, personagens históricos de suma importância para a construção do Brasil. A criação da Lei tem como objetivo promover uma mudança social e cultural, trabalhando, em sala de aula, conteúdos sobre a cultura afro-brasileira e africana de um novo ângulo, mostrando novas diretrizes, outros recortes que vão além do ponto de vista do colonizador europeu.

O objetivo geral da pesquisa é investigar a aplicabilidade (ou inaplicabilidade) da Lei nº 10.639/2003, nos livros didáticos do ensino fundamental II relativamente ao ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Mesmo após 18 anos de sua promulgação, tempo suficiente para que todas as escolas, as editoras e os docentes se adaptassem à Lei, deparamo-nos com entraves que nos sugerem que há, sim, uma dificuldade na implementação da Lei nas escolas públicas e privadas do País. Mesmo que de forma velada e dissimulada, a história e cultura afro-brasileira e africana ainda é alvo de preconceito e discriminação, com um sistema de ensino que insiste em contar os fatos do ponto de vista eurocentrado, ainda construído como superior. Em consequência, poucas pessoas conhecem a história de um dos maiores capoeiristas do Brasil, Manoel Henrique Pereira, mais conhecido como “Besouro Cordão de Ouro”, capoeirista baiano que se tornou o maior símbolo da capoeira na Bahia e no Brasil. Outro exemplo de valor histórico e cultural negligenciado é o “Cais do Valongo”, um antigo cais “descoberto sem querer” durante as obras das Olimpíadas do Rio de Janeiro, o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas. Uma das hipóteses dessa pesquisa é que os materiais didáticos, especialmente os livros didáticos, ainda não trabalham os temas propostos pelas leis de maneira adequada. Outra hipótese é de que, com a ausência de materiais didáticos, a falta de subsídios para o trabalho com a temática étnico-racial na sala de aula pode ter um papel importante no descumprimento da Lei nº 10.639/2003 e da construção de uma educação para as relações étnico-raciais. Trata-se, conseqüentemente, de uma colonização do saber. Orientam essa pesquisa algumas questões, quais sejam: como as escolas

têm trabalhado esse tema? Qual o papel da escola, do professor e das editoras para não extinguir essa colonialidade ou ao menos atenuar o apagamento de personagens negros de todo o contexto de ensino e assim criar um ambiente de aprendizagem antirracista? Ao se questionar a efetividade de uma educação antirracista nas escolas brasileiras, compreende-se que não basta fazer uma feira cultural no dia 13 de maio ou levar para a escola grupos de capoeira no dia 20 de novembro. Não é somente um dia de “comemoração/lembrança”, é mostrar a verdadeira história sem ocultar personagens, sem apagar fatos e pessoas que foram cruciais para todo o contexto histórico. Os dois objetivos adiante vêm para complementar o objetivo geral, a saber, examinar a relação existente entre material didático (para ensino de história), descolonização curricular e a implementação da Lei nº 10.639/2003; e analisar o material didático selecionado, integrante da bibliografia do ensino fundamental II, à luz das reflexões recentes sobre descolonização curricular e educação antirracista, encontrado em obras como: “A questão racial na formação de professores, racismo linguístico e descolonização do saber”.

A pesquisa é de natureza documental e bibliográfica (SEVERINO, 2007, p. 122). Com base na consulta e no exame de livros do ensino fundamental II, pretende-se verificar neles a presença (ou a ausência) do conteúdo que contempla a história e cultura afro-brasileira e africana, de modo a se alcançar uma melhor compreensão do papel desse material didático relativamente à implementação da Lei nº 10.639/2003. Para tanto, o cronograma organiza-se da seguinte forma: pesquisa documental sobre a legislação e os documentos correlatos à implementação da Lei nº 10.639/2003; pesquisa bibliográfica focada na revisão de literatura que trata de experiências de aplicação/implementação da Lei nº 10.639/2003, observando a inclusão de personagens negros apagados dos relatos históricos; além disso, pesquisa bibliográfica focada na revisão de literatura que trata de educação e relações étnico-raciais no Brasil, descolonização curricular e educação antirracista, análise / exame de material didático selecionado, integrante da bibliografia do ensino fundamental II, à luz da literatura pertinente, consultada nas etapas anteriores.

O resultado esperado da pesquisa é, com base na verificação da presença (ou da ausência) do conteúdo de interesse nos livros dos quatro anos do ensino fundamental II, identificar as dificuldades que impedem que os temas propostos pela Lei nº 10.639/03 tenham amplo acolhimento e ampla divulgação no currículo e no material didático correspondente. Espera-se, além disso, determinar se tais dificuldades podem ser minimizadas por uma formação docente que valoriza os estudos sobre educação, relações étnico-raciais, descolonização curricular e educação antirracista.

Referências

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 15 maio 2020.

FERREIRA, Verônica Moraes, ***A questão étnico-racial na formação de professores: análise de currículos***: Pallas 2019.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo Linguístico: os subterrâneos da linguagem e do racismo letramento**. Belo Horizonte: Ed. Letramento, 2019.

OLIVEIRA, Maria Aparecida. **Uma leitura sobre a descolonização do saber na educação brasileira**. Reseau Decolonial. Disponível em: <<http://reseaucolonial.org/2017/10/01/uma-leitura-sobre-a-descolonizacao-do-saber-na-educacao-brasileira/>>

PORTELA, Eugenia e MENDONÇA, Valéria Aparecida. **Os deslocamentos epistêmicos trazidos pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008: possibilidades de subversão à colonialidade do currículo escolar**. Revista da UFG, Goiânia. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/37081/21941>>

SEVERINO, Antônio. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

A regulamentação profissional do(a) historiador(a) no Brasil: uma reflexão sobre sua função social no século XXI

Marcilene Pereira Barbosa

Palavras-chave: Ensino. História. Regulamentação.

Os estudos sobre o fazer historiográfico atravessam uma fase de ampliação (quantitativa e qualitativa) nos últimos tempos, decorrente da necessidade de o(a) historiador(a) compreender a especificidade do conhecimento histórico e seu lugar social. A emergência da busca de símbolos, signos e representações, ou seja, de elementos que emergem nesse cenário de mudanças, a própria ideia de História como ciência é revista, possibilitando, assim, o surgimento de novas práticas e problemáticas, com isso refletimos que a imagem que se tem do(a) historiador(a) necessita ser revisada, pois, de alguma forma, separamos o nosso fazer entre ensino e pesquisa, e talvez ignoramos a condição de trabalhadores perante essas ações.

A pesquisa apresentada tem por tema o processo de regulamentação da profissão de historiador no Brasil, que culminou com a publicação da Lei nº 14.038/2020 (BRASIL, 2020), após a derrubada do veto presidencial pelo Congresso Nacional. A história da regulamentação dessa profissão, os debates que foram desenvolvidos, as instâncias e etapas pelas quais a Lei passou até sua promulgação entendem-se como fator essencial para compreensão do papel social do(a) historiador(a) e a função social da História perante o Estado e sociedade brasileira, visando compreender essa trajetória. Pretendemos primeiramente pontuar os caminhos percorridos por essa Lei. Partindo desse pressuposto, debruçamo-nos sobre o seu trajeto, o qual é constituído como uma luta antiga dos historiadores brasileiros e da principal associação da classe no País, a Associação Nacional de História (ANPUH), fundada em 1961.

Inicialmente, por referenciais teóricos, recorreremos aos historiadores que debatem o papel social do historiador: Michel de Certeau (1982) e Olivier Dumoulin (2017). Entretanto, faz-se necessário conhecer o lugar social e simbólico que o Estado e a sociedade brasileira designam para o(a) historiador(a), em qual território essa profissão é construída, erguida, cercada e demarcada. Considerando que o século XXI emerge em meio a uma multiplicidade de narrativas que, por inúmeras vezes, distorce ou nega os fatos históricos, a Lei nº 14.038/2020 institucionaliza, oficializa e nos faz refletir esse cenário de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais.

A primeira etapa deste trabalho consiste no desenvolvimento de uma pesquisa bibliográfica acerca dessa temática, isto é, uma “revisão da literatura” (BARROS, 2005, p. 55), a partir da pesquisa bibliográfica (LAKATOS; MARCONI, 2017, p. 63), que discute a função social da história e o papel do historiador – duas das principais referências já foram mencionadas. Em seguida, analisar-se-á os documentos que contribuíram para o processo da construção da Lei nº



14.038/2020, naquilo que poderia ser caracterizado como uma pesquisa documental (SEVERINO, 2007, p. 122), haja vista que serão tomados os documentos produzidos no contexto de elaboração da referida Lei.

A aprovação dessa Lei tem uma trajetória complexa, marcada por etapas, debates, disputas e interesses mais ou menos implícitos, os quais adquirem corporeidades distintas quando são questionadas pela Câmara dos Deputados e Senado Federal. A pesquisa busca compreender aspectos dessa história na Lei 14.038/2020, buscando discutir, por meio dela, o papel social do(a) historiador(a) e a função social da História. Propõe-se, ademais, reunir todos os projetos de leis que foram apresentados com o objetivo de regulamentar a profissão de historiador na sociedade brasileira e, com isso, demarcar os momentos de engavetamento dessa discussão no parlamento, os quais serão fundamentais para o entendimento da importância do fazer historiográfico, seja no campo do ensino da História, seja na problematização da mesma.

Referências

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

BRASIL. **Lei nº 14.038, de 17 de agosto de 2020**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de Historiador e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 158, p. 4, 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3ieilp4>>. Acesso em: 28 set. 2020.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

DUMOULIN, Olivier. **O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LAKATOS; MARCONI. **Técnicas de Pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SEVERINO, Antônio Carlos. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Currículo na Educação Profissional: modificações curriculares no curso técnico em Nutrição e Dietética

Fabiana da Conceição Ferreira

Palavras-Chave: Currículo. Formação. Educação Profissional. Mudanças.

Esta pesquisa tem como finalidade analisar a construção e as alterações curriculares no curso técnico em Nutrição e Dietética ofertado em Brasília pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-DF. A instituição completou 53 anos de sua atuação no Distrito Federal. A oferta de cursos se iniciou em 1967, em princípio com uma unidade fixa e algumas unidades móveis (que são cursos ministrados por meio de parcerias, para atender uma comunidade ou grupo específico).

O curso técnico em Nutrição e Dietética, ofertado na unidade de Taguatinga, já diplomou mais de 20 turmas de, aproximadamente 20 alunos. No decorrer desses anos, o curso passou por diversos ajustes em seu currículo, a mudança mais significativa ocorreu em sua grade curricular, uma vez que fora retirado da grade o estágio supervisionado em campo. Após essa mudança, o SENAC traçou estratégias para suprir essa ausência, na medida em que o conhecimento prático é bastante demandado nessa formação. Nessa perspectiva, são temas a serem abordados pela pesquisa: as motivações para essa mudança no currículo, o impacto no corpo discente e transformações operadas para que a aprendizagem não fosse prejudicada.

Além disso, o currículo é um conjunto de ações estruturadas e articuladas entre si, orientadas por certa concepção teórica. Toda parte documental do currículo nos revela a intencionalidade do que deve ser executado nas escolas, na sala de aula, contudo cabe enfatizar que o currículo não é apenas um documento ou uma exposição de conteúdo.

Segundo Silva (2005, p. 15 e 16), “o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. Talvez possamos dizer que, além de uma questão de conhecimento, o currículo é também uma questão de identidade”.

Ainda nesse sentido, Silva (2005, p. 16) menciona que “o significado de currículo e todas as ações que o envolvem, nos tornam o que somos. Ao discutirmos sobre currículo pensamos apenas em conhecimento, sendo que o conhecimento que integra o currículo está diretamente ligado ao que somos ao que nos tornamos, e nos faz refletir sobre o quão abrangente e significativo o currículo é, que por meio do seu desenvolvimento é possível estimular muito mais que conhecimento, porque currículo é uma forma de identidade”.

Nessa perspectiva, reforça-se a ideia de que o currículo vai muito além de uma construção documental, revelando a intenção do que deve ser aplicado. A construção de um currículo também passa por momentos de reflexão sobre o

que ensinar, do por que ensinar, para depois refletir e discutir também como ensinar, entendendo que o ensinar está nas questões mais intrínsecas em um ambiente escolar, nas atividades dadas, no que acontece na escola, na comunidade escolar. Assim, o desenvolvimento do currículo ocorre no que é executado no cotidiano escolar.

A pesquisa tem como objetivo discutir as transformações curriculares do curso técnico em Nutrição e Dietética do SENAC-DF, mediante o levantamento de informações sobre a oferta/demanda do curso técnico em Nutrição e Dietética, além da identificação de mudanças pelas quais o curso tenha passado. Soma-se a isso, a classificação dessas mudanças permitindo observar as diferenças na estrutura curricular; examinar o sentido dessas mudanças, levando em consideração o perfil profissional almejado pelo curso, relacionando essas mudanças no contexto institucional e socioeconômico do DF, analisando os impactos de tais mudanças na oferta do curso e na formação do profissional.

No que diz respeito à metodologia, a pesquisa envolverá um levantamento inicial sobre o histórico de ofertas do curso e de suas alterações curriculares ao longo do tempo. A partir dessas informações, serão iniciadas análises de cada versão do currículo de modo a identificar as mudanças ocorridas em sua estrutura e concepção, de modo a viabilizar uma comparação entre essas diferentes versões. Essa etapa será subsidiada por informações obtidas junto ao corpo pedagógico do curso/instituição, tendo em vista as motivações que encaminham as mudanças constatadas, bem como os impactos que essas mudanças geraram. A análise da demanda de mercado será feita mediante aplicação de questionários e entrevistas, realizadas junto a ex-alunos já formados e outros ainda em curso, cujas formações envolvam diferentes versões curriculares. Para complementar essa discussão, também serão ouvidos docentes dessa área de formação que, preferencialmente, tenham vivenciado essas alterações curriculares. Vale destacar que, diante do cenário atual de pandemia, os questionários serão enviados por meio de um *link* acessado a partir do *e-mail* dos alunos, enquanto as entrevistas se darão de forma *online*, via *web* conferência.

A pesquisa está em andamento, algumas definições foram ajustadas no decorrer do processo, como a definição do tema. Diante dessa definição, iniciou-se um levantamento sobre o assunto através de autores, documentos, vídeos, discussões com o orientador. Foi realizada uma abordagem de apresentação com o responsável da instituição onde o curso estudado é ofertado – SENAC-DF –, o que resultou em uma visita a campo para a exposição da pesquisa e sua intencionalidade, visita que permitiu conhecer algumas particularidades do curso técnico em Nutrição e Dietética, assim como o laboratório, que é o ambiente de aprendizagem dos alunos. A instituição disponibilizou alguns materiais que contribuíram para a pesquisa: documentos norteadores, planos de curso, grade curricular, e levantamento de turmas em andamento. A coordenação responsável pelo curso pesquisado disponibilizou aos alunos um informativo para viabilizar o envio dos questionários a serem aplicados na pesquisa. A construção desses



questionários está em andamento, assim como parte do referencial teórico da pesquisa.



Referências

EJASANTEANDRE. **Currículo e Conhecimento escolar**. Vídeo de formação com Claudia Galian. DEJA, Santo André, 2016. 2 vídeos (19 e 21 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=myAvJYLaPVI>. Acesso em: 8 jan. 2021.

SENAC. DN. **Diretrizes da educação profissional do SENAC**. Rio de Janeiro, 2014.

SILVA.T.T. **Documentos de Identidade: Uma introdução às teorias de currículo**. 2 ed. Belo Horizonte. Autentica, 2005. 15,15 p.

A padronização da língua e o uso da escrita formal nas mídias sociais

Natália Guilherme Xavier de Oliveira

Palavras-chave: Escrita formal. Mídias sociais. Internet. Escrita. Modernidade.

A internet vem ganhando espaço na sociedade moderna e é considerada, atualmente, um meio de comunicação indispensável na vida dos cidadãos e, diante disso, as pessoas se expõem nas redes sociais, com postagens erradas que descaracterizam a Língua Portuguesa, até mesmo dificultando a compreensão desse ato comunicativo.

De acordo com Foucault (1971, p. 2), temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja. Há um amplo privilégio de oferta do dito por parte da mídia, nele desfilam muitos interesses e os múltiplos sentidos são próprios da natureza midiática. Não se pode esquecer que a mídia é regulada por diferentes e imprecisos discursos, que podem descaracterizar o sentido das coisas.

Segundo Faraco (2002, p. 40), a norma padrão seria aquela carregada de preconceitos em relação às demais variedades e que tem como objetivo – como o próprio nome diz – a padronização da língua, considerando tudo o que é diferente a ela como errado. Diferente da língua coloquial que, por ser descontraída, relaciona-se com a fala, enquanto a culta, com a escrita.

A discussão que se produz diante do exposto é que, de um lado, há aqueles que “aceitam” a escrita digital errônea, e, de outro lado, aqueles que não a aceitam. Os argumentos são basicamente os mesmos, ou seja, o que prevalece é a preocupação quanto à passagem desse tipo de escrita utilizada na internet, dessa “língua digital”, para a escrita fora do espaço *on-line* e das relações mediadas por computadores e celulares. Erros assim acontecem até mesmo em órgãos oficiais, como ocorreu em fevereiro de 2020, em um edital publicado pelo MEC, sob a gestão de Abraham Weintraub, ex-ministro da educação, responsável pela pasta que cuidava da alfabetização do povo brasileiro, em que havia a escrita da palavra “suspensão”, que notoriamente está incorreta.

A seguir, o registro do erro ocorrido.

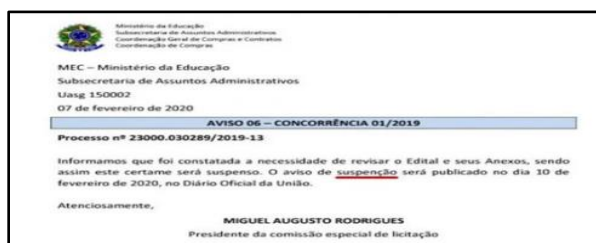


Figura1: Edital publicado pelo MEC

Fonte: <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/mec-ataca-a-lingua-portuguesa-mais-uma-vez-e-escreve-suspencao-em-edital>

No Brasil, considera-se como falante de norma culta as pessoas que já se formaram no Ensino Superior. Como afirma Marcos Bagno:

De um lado, temos a norma-padrão lusitanizante, ideal de língua abstrato, usado como verdadeiro instrumento de repressão e policiamento dos usos linguísticos; do outro, temos as diversas variedades cultas, usos reais da língua por parte das classes sociais urbanas com escolaridade superior completa. (BAGNO, 2002, p. 185).

A expressão “cultura”, no termo “norma culta”, pode fazer muitas pessoas imaginarem que só os falantes de tal variedade são cultos, ou seja, possuem cultura e que os outros são ignorantes. Ademais, o preconceito é uma palavra cada vez mais constante no dia a dia. Marcos Bagno chama a atenção sobre a temática do preconceito linguístico. Tal ideia é amplamente difundida pelo senso comum e deve ser desconstruída. Certamente não é o caso de muitos professores, políticos e famosos que cometem erros ortográficos do outro lado da “telinha”, pois a maioria tem nível superior, mostrando uma trajetória suficiente para escrever e falar bem.

É fácil e divertido escrever com tudo abreviado ou adaptado nas redes sociais. Mesmo sendo em espaços informais, precisa-se ter o cuidado com o português. Fica muito feio cometer os erros por falta de atenção ou pressa. Para estudantes que costumam deixar de lado as normas da gramática nas redes sociais, é tranquilo quanto aos seus contatos pessoais, mas, para o mundo acadêmico, e para a Redação do Enem, por exemplo, o risco de ser atribuída uma nota baixa é muito grande.

Diante do exposto, busca-se identificar, como objetivo geral da pesquisa, se há liberdade de escrita da Língua Portuguesa nas redes sociais. Já como objetivos específicos, pretende-se investigar qual é a importância da escrita correta para a sociedade; apontar possível insatisfação em relação a erros ortográficos em mídias sociais; responder se o “internetês” atrapalha o conhecimento e/ou se é uma alienação do mundo real.

Notoriamente, muitas pessoas já cometeram erros gramaticais em suas redes sociais, inclusive figuras públicas de âmbito educacional, acumulando gafes, e polêmicas, ao ponto de virar motivos de piada e “memes” na *internet*.

Christine Hine (2004, p. 39) afirma que o agente de transformação não é a tecnologia em si, mas o uso e a construção dos sentidos em torno dela, fato que leva ao desenvolvimento de pesquisas sobre o cotidiano das pessoas no âmbito virtual. E, nesse contexto, é usado como aportes teóricos as contribuições de Michel Foucault, Mikhail Bakhtin, Eni Orlandi, Michel Pecheux, José Luiz Fiorin, Dominique Maingueneau, Norman Fairclough, Marcos Bagno, Noam Chomsky, Helena Brandão, Faraco, Bortoni-Ricardo, Bauman, Manuel Castells, Pierre Lévy, entre outros que abordam a questão da linguagem citada em consonância com as intenções comunicativas midiáticas.

A pesquisa baseia-se em uma análise de publicações imagéticas e aplicação de questionário fechado, com dados obtidos por meio do formulário do

Google – Google Forms.

O presente trabalho analisará documentos e *sites* oficiais, de notícias, e imagens das publicações de redes sociais como *Facebook*, *Twitter* e *Instagram* de estudantes, professores e figuras públicas de âmbito educacional. A abordagem qualitativa, que consta na presente pesquisa, desdobra-se por meio de diversos estudos: observações, aplicação de questionário e análise de dados, que devem aparecer de modo descritivo (OLIVEIRA, 2005, p. 37). Além disso, Marconi e Lakatos (2003) apontam que o questionário possui como vantagens a otimização do tempo, a abrangência de um número maior de pessoas, além de diminuir o número de distorções, contudo apresenta desvantagens, como o baixo índice de retorno, além dos problemas ligados a interpretações errôneas etc.

Segundo as autoras Ludke e André (2001, p. 39), os documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto”. Isso oferece fundamento para afirmações e declarações do pesquisador, além de representarem uma fonte “natural” de informações.

Até o presente momento, a pesquisa encontra-se na leitura do referencial teórico, e na seleção de imagens (*prints*), documentos oficiais com erros gramaticais e publicações de redes sociais que abordam o conteúdo da pesquisa.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 50ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Nós chegemos na escola, e agora?** Sociolinguística e educação. 2ª Edição. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós**. In: BAGNO, Marcos (org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Língua, discurso e política**. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250022124_Lingua_discurso_e_politica>. Acesso em: 6 mar. 2020.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 3ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

FOUCAULT, Michel. **L'Ordre du discours**. Paris: Gallimard, 1971. Tradução de Edmundo Monteiro, com ajuda para a parte inicial do Antonio Bento e adaptação para o português de Antônio Heberlê.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. London: Sage Publications, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação, abordagens qualitativas**. São Paulo: EPE, 2001.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MENDES, Tâmaro Chagas. **Psicologicotc**, 2016. **Digitar ou escrever à mão?** Disponível em: <<https://psicologicotc.wordpress.com/2016/03/30/digitar-ou-escrever-a-mao-para-memorizar-e-aprender-escrever-a-mao-e-melhor-do-que-digitar/>>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MUELLER, P. A; OPPENHEIMER, D. M. **The Pen Is Mightier Than the Keyboard: Advantages of Longhand Over Laptop Note Taking**. *Psychological Science*, v. 25, n. 6, p. 1159–1168. 16 de janeiro de 2014.



OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. João Pessoa, PB: Bagaço, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise do discurso: Princípios e procedimentos**. 8ª Edição. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5ª Edição. Campinas, SP: Pontes, 2007.

Construção de conhecimento e saberes dos produtores rurais das CSAs (Comunidades que Sustentam a Agricultura), no Distrito Federal

Dheivid Christian Pereira

Palavras chaves: Csa. Conhecimento. Saberes. Produtor rural.

A agricultura, sustentada pela comunidade (CSA), é uma modalidade de organização de cadeia de produção e distribuição de alimentos que foi introduzida recentemente no Brasil com seu primeiro grupo surgindo em 2011, na Fazenda Demétria, na cidade paulista de Botucatu (JUNQUEIRA, 2018). As CSAs têm por como característica, na maior parte de suas ocorrências, uma produção de alimentos orgânicos ou agroecológicos (ECKERT, 2016), sendo realizada por agricultores familiares que preparam colheitas semanais de diferentes hortaliças, verduras, frutas e legumes sempre locais e da estação, fornecendo-os ainda frescos para grupos de famílias de consumidores que se vinculam previamente a esses agricultores. O principal objetivo de uma CSA é reconectar produção e consumo mediante a eliminação do intermediário na cadeia distributiva. O grande diferencial dessa agricultura, sustentada pela comunidade, é que os consumidores chamados de coagricultores se tornam membros de uma sociedade que financiam o plantio para que os agricultores realizem o cultivo. Um empreendimento, familiar ou não, deve ser gerido eficientemente como forma de garantir sua inserção no mercado e, por consequência, sua sustentabilidade e competitividade (BATALHA et al, 2004; LOURENZANI, 2006). Para Werneck (2006), a construção de saberes, qualquer que seja, enquanto ato ou ação, é decorrente de um processo racional de vontade. Dessa forma, para a construção de um conhecimento, é preciso haver um desejo do sujeito ao objeto. O autor ainda afirma que o indivíduo não “descobre” o conhecimento pronto na natureza, mas relaciona os dados dela recebidos constituindo os saberes. Logo, conclui-se que a construção do conhecimento se dá como um processo de constituição dos saberes.

No entanto, não se tem informação da construção de conhecimentos e saberes dos produtores rurais dentro dessas comunidades. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é investigar a construção de conhecimento e saberes do agricultor das CSAs, analisando a bagagem de conhecimento formal que ele carrega, além do conhecimento técnico e conhecimento de gestão mercadológica, além de acompanhar as capacitações das empresas de consultoria, para a formação profissional desses indivíduos.

Foram feitos levantamento das CSAs do Distrito Federal para verificar a construção de conhecimentos e saberes dos produtores rurais vinculados. Foram escolhidas cinco comunidades que sustentam a agricultura para participar do projeto (CSA Deusa da Abundância, CSA da Floresta, CSA CSA Bindu, CSA Aldeia do Altiplano e CSA Flor do cerrado). Foram realizadas entrevistas qualitativas com os produtores rurais das cinco CSAs do Distrito Federal para



verificar e analisar a bagagem de conhecimentos adquiridos e como se dá a construção dos conhecimentos atuais. A entrevista feita visou saber a formação acadêmica dos produtores rurais, aperfeiçoamento, trocas de experiências, assistência técnica dos produtores rurais. Além disso, foi feito um acompanhamento do processo de capacitação e aprendizagem do agricultor, por meio de entidades e empresas parceiras, tais como empresas de consultorias e assistência técnicas como a Emater-DF (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal) e o Senar (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural).

Dentro das comunidades que sustentam a agricultura que participaram do projeto, pode-se observar que seus conhecimentos técnicos são advindos de seus familiares que já praticavam a produção rural que foi repassado de geração para geração. Das CSAs entrevistadas, duas têm como produtores rurais pessoas advindas de assentamentos rurais onde tiveram que lutar pra ganhar um terreno e as outras três onde foi possível investir monetariamente em seu terreno. Das cinco comunidades entrevistadas, três produtores rurais possuíam nível superior e dois possuíam somente o ensino médio completo. Em todas as comunidades, os produtores rurais buscam aperfeiçoamento em cursos, palestras ofertadas pelo Sebrae, Senar e Emater. Pode-se observar, em uma das CSAs, a aproximação com o ambiente escolar, isto é, por ser uma ecovila, a CSA Aldeia do Altiplano tem espaços para estudantes e voluntários participarem de um dia de campo, onde a produtora rural ensina os métodos do plantio até a colheita e os visitantes colaboram para a produção vegetal da CSA, em que é possível ter trocas de conhecimentos e experiências junto ao produtor rural, enriquecendo e construindo o conhecimento de ambas as partes.

A construção de conhecimento e saberes dos produtores rurais se dá pela bagagem de conhecimento já adquiridos na comunidade escolar e centros de formação profissional e pelos cursos, palestras e trocas de experiência com outras comunidades.

Os cursos e as palestras ofertadas pelo Sebrae, pelo Senar e pela Emater-DF para averiguar o processo de ensino-aprendizagem ofertado para os produtores rurais resultam em atualizar o produtor rural das novas pesquisas agrícolas realizadas, conhecimentos e tendências econômicas e agroecológicas para serem aplicados dentro das CSAs, além de obter trocas e experiências com as demais CSAs.

Referências

BATALHA, M.; BUAINAIN, A.M.; SOUZA FILHO, H.M. de. **Tecnologia de gestão e agricultura Familiar**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA, 42., 2004, Cuiabá. Anais..., Cuiabá: SOBER, 2004.

ECKERT, D. **A mercantilização em contramovimento: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais**. 2016. 236 f. Dissertação. Escola de Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

JUNQUEIRA, A.; MORETTI, S. Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA): tecnologia social de venda direta de alimentos e de revalorização das identidades alimentares territoriais. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, 2018.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v.8, n.3, p.313-322, 2006.

WERNECK, V. R. Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 173- 196, abr./jun. 2006.

A escola no/do campo: um estudo de caso acerca da organização político-pedagógica do Centro Educacional Nova Betânia, em São Sebastião – DF

Iranilde Tavares da Câmara

Palavras-chave: Educação no/do Campo. Proposta Curricular. CEF Nova Betânia.

Este trabalho traz uma reflexão acerca dos desafios que a educação do campo enfrenta, tendo como pauta a questão agrária nos seus territórios, como a luta pela terra, uma vez que as disputas elencadas estão baseadas em questões identitárias e de protagonismos dos trabalhadores e trabalhadoras. Desse modo, a escola pode assumir práticas pedagógicas que dialoguem com estes atores sociais e o seu território. Para entender esse contexto de disputas e construções, este trabalho traz um estudo de caso do Centro de Ensino Fundamental – CEF – Nova Betânia, situada na área rural de São Sebastião – DF, para identificar como está pautada a educação no/do campo nesse espaço. Questionamo-nos se ela atende a uma demanda pedagógica dos movimentos de luta pela terra, ou se ela é uma escola que somente cumpre exigências curriculares estatais, governamentais, ou contempla as duas coisas? Assim, relacionamos como objetivo, compreender os elementos político-pedagógicos e institucionais que constituem a escola Nova Betânia como espaço de conhecimento no campo ou do/no campo. Para contribuir com a discussão, no plano teórico-metodológico, tomamos como referência Fernandes (2013), na qual a resistência camponesa amplia as conquistas e fortalece a compreensão da luta contra hegemônica. Caldart (2002) sinaliza que a luta do MST tem sua origem no enfrentamento de pegar um ser humano que já vivia excluído para considerá-lo sujeito da sua história, por meio da formação política. Para Camacho (2014), o debate que incorpora a educação do campo envolve discussões entre duas representações de desenvolvimento territoriais opostas: a agricultura capitalista *versus* a agricultura camponesa. No âmbito teórico da educação do oprimido, Pistrak (2000) argumenta que a pedagogia crítico-social do trabalhador visa estudar o contexto atual dentro de uma perspectiva de construção de uma nova educação, para poder afastar com as formas dominantes do capitalismo. Seguindo essa premissa, Freire (2011) defende que a educação modificaria os dispositivos de formação, de defesa para construções de novos processos educativos a partir da realidade do educando. O percurso metodológico utilizado neste estudo compõe-se de uma pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa *in loco*, como entrevistas com gestores, professores, professoras e observações de aulas. Segundo Minayo (2002), a metodologia integra a construção teórica de análise, a união de técnicas que promovam a construção da realidade, e a influência do potencial de criatividade do pesquisador. O estudo baseou-se em uma investigação e uma reflexão da biografia recomendada com o objetivo de selecionar os conceitos que oferecesse uma melhor reflexão no que se refere aos

termos educação do campo. Posteriormente, para levantamento de dados referentes à escola, foram utilizados documentos como Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, entrevistas e observações. O propósito foi o de conceder levantamento de dados para permitir uma análise a respeito da identidade da escola. Com base na análise do PPP (2020) do espaço escolar, foi possível constatar a existência de um levantamento do perfil da população atendida pela escola (PPP, 2020). É um ponto positivo, porém não há uma discussão de um projeto de educação do campo, conforme foi verificado. Uma vez que, em média, 60% dos alunos vêm do campo (que corresponde assentamentos próximos à escola), enquanto 40% são da cidade. O documento menciona o conceito de educação do campo, mas não há um diálogo nas propostas pedagógicas. O projeto pedagógico não considera a realidade do campo, não havendo articulação com as propostas dos movimentos sociais de uma educação para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais. A proposta curricular oportuniza os saberes da cidade. A escola aderiu à proposta de aprendizagem por ciclos, é um programa adotado nas escolas públicas urbanas, de ensino fundamental do Distrito Federal e que não contempla a realidade do campo, mais próxima da dimensão da pedagogia da alternância, se seguirmos os fundamentos metodológicos em destaque. Essa situação revela uma visível contradição entre a proposta política da escola (lógica formal) e a prática pedagógica do espaço escolar (lógica dialética), nos termos dados por Lefebvre (1991). Na fundamentação teórica do documento, não há um diálogo com os teóricos da educação do campo. Com base nas falas dos professores e gestores, resultado de entrevistas semiestruturadas (CÂMARA, 2019), destaca-se um discurso que não é direcionado para a educação do campo. Em relação aos dados oriundos das observações de aulas (CÂMARA, 2019), os conteúdos ministrados são baseados em propostas pedagógicas de uma escola urbana. Com base nesses apontamentos, verifica-se que os princípios norteadores da instituição são construídos baseado no conhecimento urbano, isso é perceptível no próprio documento, pois, existe uma articulação do PPP (2020) e o Currículo em Movimento (documento da SEEDF, 2013). Nesse currículo, existem propostas para a Educação do Campo, mas o que fundamenta o PPP (2020) da escola são as partes que privilegiam o ensino urbano. Uma observação importante é em relação ao número de alunos que vêm da área urbana, pode ser que a escola tenha como proposta privilegiar esses alunos em detrimento dos outros que são da própria comunidade. A pesquisa demonstrou que a escola cumpre os documentos estatais, governamentais sem participação dos atores sociais dessa realidade do campo que são os trabalhadores e as trabalhadoras. Assim, esses são homens e mulheres que, por meio da educação, constroem uma política de resistência ao projeto hegemônico do Brasil. Desse modo, a escola apresenta-se enquanto escola no campo, mas ela não é do campo, isto é, está localizada no campo, contudo não age como uma escola do campo. Com a conclusão da coleta de dados, temos como proposta, para a escola, fazer um grupo de estudo sobre educação rural (pedagogia do campo), convidando instituições que desenvolvem



pesquisas com a educação do campo como a Universidade de Brasília (campus Planaltina), Instituto Federal de Brasília – Grupo de Pesquisa Território, Ensino e Cerrado (GEOTECER) para ministrarem palestras, cursos e até curso de formação para professores. A partir dessas discussões, pode-se propor a reconstrução do PPP da escola com os fundamentos de uma escola do campo. Dessa forma, juntos podemos construir uma educação que dialogue com seus atores sociais.

Referências

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: escola é mais do que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente: UNESP, 2014, 806 f.

CÂMARA, I. T. de. **Título: entrevista semiestruturada no CEF Nova Betânia,** 16 de setembro de 2019. Riacho Fundo: IFB, 2019.

CÂMARA, I. T. de. **Título: observações de aulas,** dias 16,18, 23, 24, 26, 27 e 30 de setembro. Riacho Fundo: IFB, 2019.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Currículo em Movimento – **Pressupostos Teóricos.** Brasília: SEEDF, 2013.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LEFÈBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 21 ed., Petrópolis: Vozes, 2002.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2000.

PPP – **Projeto Político Pedagógico – Centro Educacional Nova Betânia 2018.** Acesso: 20 nov. 2020. Disponível em: [http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/PPP-s-sebastiao-CEF-Nova-Bet%
c3%a2nia.pdf](http://www.educacao.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/PPP-s-sebastiao-CEF-Nova-Bet%c3%a2nia.pdf)

A precarização do trabalho docente: a pandemia do COVID-19 e seus efeitos no âmbito da Educação Básica na rede privada de ensino do Distrito Federal

Fernando Ferreira Cavalcante

Palavras-chave: Precarização. COVID-19. Neoliberal. Docente. Trabalho.

A educação no Brasil e o trabalho docente, desde suas origens, encontram dificuldades, barreiras que impedem o profissional da área atuar com liberdade e autonomia. Desde os jesuítas, passando pelas reformas pombalinas, observamos o Estado mantendo o controle, ou seja, professores obedientes e a serviço do Estado. Do Império em diante, observamos a ascensão dos interesses do empresariado brasileiro na educação e, em virtude do mercado e sua lógica do capital, o professor da educação básica perde importância intelectual e de labor. O cenário atual deflagra os objetivos das grandes corporações no ensino público e privado e na formação de professores.

A partir da década de 1990 no Brasil, na gestão governamental de Fernando Henrique Cardoso, concretiza-se o projeto de universalização da educação, que alcançou, em certa medida, aumento do número de estudantes na Educação Básica. Por outro lado, os dados em relação à qualidade de ensino e à formação do professor não foram favoráveis. Nesse período, as privatizações ganham espaço político e, principalmente, abertura econômica, resultando, inevitavelmente, em demissões e crescimento do trabalho informal (BITTENCOURT, 2021; FERREIRA, 2021; MELLO, 2021). Nesse cenário, a política neoliberal encontra espaço e, conseqüentemente, diversos setores da economia brasileira se modificam, entre eles, o ensino particular.

No dia 11 de março de 2020, o Governo do Distrito Federal, seguindo orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS), decreta o fechamento das instituições públicas e privadas de ensino devido à pandemia do COVID-19. Em seguida, uma série de decretos foram prorrogando a abertura de estabelecimentos comerciais e de ensino. Nesse cenário caótico de incertezas, pessoas perderam suas vidas por conta da doença e muitos trabalhadores, formais e informais, ficaram sem trabalho e sustento. No ensino particular, após uma semana de suspensão das aulas, iniciamos os trabalhos de ensino remoto emergencial. Nesse contexto, submergiu as diferenças entre a formação acadêmica e as demandas do mundo do trabalho em meio virtual.

Nos últimos anos, novas metodologias de ensino e aprendizagem ganharam espaço no cotidiano docente. Editoras e aglomerados corporativos adentram no espaço educacional e pulverizam metodologias que colocam o professor como expectador do processo de aprendizagem. Naturalizamos novos procedimentos didáticos e não discutimos as conseqüências deles no trabalho diário do docente que, para atender a essa demanda, necessita buscar, por conta própria, capacitação e recursos para cumprir metas e prazos (MORAES, 2020;

LUCINI, 2020; BRETAS, 2020).

A questão salarial é outro problema que acompanha a rotina de professores da rede particular de ensino no Distrito Federal. Segundo dados recentes da última Convenção Coletiva do Sindicato dos Professores em Escolas Particulares – SINPRO-EP –, está entre 13,66 reais a 22,13 reais o valor por cada hora aula. A questão do piso salarial no DF não acompanha a velocidade com a qual a rotina de inovações metodológicas avança.

Outra questão que pretendemos compreender é a saúde dos profissionais da educação básica. Quais os impactos físicos e psicológicos e como essas questões afetam o trabalho docente? Nesse ambiente de incertezas, para Araújo (2020):

No tocante ao cenário de pandemia, o confronto com o desconhecido pode gerar angústia e se transformar em ansiedade, pânico e, dependendo da forma como se lida com a situação, sobretudo naqueles que já apresentavam algum tipo de sintoma, o desencadeamento de problemas no âmbito da saúde mental é uma evidência.

Dessa forma, é imperativo que se verifique as condições em que o trabalho do educador se desenvolveu no contexto das escolas particulares do Distrito Federal nesse cenário.

A priori utilizamos o ensaio da Fundação Oswaldo Cruz em conjunto com o Sindicato dos Professores de Macaé – “Trabalho, Educação e Saúde: trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia”. Problematisa as mudanças na forma de trabalho docente e seus impactos na saúde. Além disso, utilizamos também artigo da Revista de Educação, Ciência e Cultura com o tema “Trabalho docente em tempos de COVID-19: EaD e a Educação Remota Emergencial”. Para além das questões legais acerca da Educação a Distância no Brasil, o texto aborda as condições de trabalho e formação docente, questões chave na proposta deste trabalho.

O livro “A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias”, de Luiz Carlos de Freitas, direciona-nos para a compreensão de um projeto de educação que não está isento de contradições e mazelas que precarizam o trabalho docente.

Pretende-se, nesta pesquisa, realizar um estudo bibliográfico acerca da educação no Brasil, o modelo neoliberal político e econômico, a crise sanitária provocada pela COVID-19 e seus impactos e o processo de precarização do trabalho. Para isso, dispomos de material para análise nas plataformas de *Podcast* e encontros virtuais realizados no ano de 2020 sobre os temas citados acima para aferir de forma ampliada as percepções e as análises acerca dessa temática. Além disso, torna-se pertinente realizar, em conjunto com Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino (SINPRO-EP), questionário sobre as condições de trabalho, remuneração salarial, assistência médica e formação no contexto da pandemia do COVID-19 no Distrito Federal.

Por hora, percebemos que existe de fato um projeto em execução, de



sucateamento das escolas públicas e dos profissionais da área de educação, sobretudo no que diz respeito à questão salarial e sindical, que são esvaziados de sentido, uma vez que a lógica do mercado os associam ao rendimento escolar (FREITAS, 2018).

Outra questão é o levantamento bibliográfico e a apreciação de *podcasts* e *web* conferências. A maior parte do material analisado aborda questões do ensino público. Os profissionais das escolas particulares são colocados à margem nessas análises.

Diante disso, é perceptível a complexidade do assunto no ambiente privado, dado que as relações de trabalho ou, especificamente, a estabilidade profissional não deixa espaço para esse tipo de diálogo no ambiente escolar. A solução encontrada foi estabelecer contato com o SINPRO-EP e solicitar, junto aos seus sindicalizados, questionário sobre as condições de trabalho no ano de 2020 no Distrito Federal.

Referências

A uberização do trabalho docente - **Rádio Paideias**. Intérprete: Prof. Dr. Roberto Leher (UFRJ) e Prof.^a Dr^a Amanda Moreira da Silva (UERJ), 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4kP4C3PioWvxI2mueX1oIC?si=8EvLnhmCSMmQQxs0eaxjJQ>. Acesso em 15 jan. 2021.

BNC Formação e os impactos na formação dos historiadores. Intérprete: Ângela Ribeiro Ferreira (UEPG), Paulo Eduardo Mello (UEPG) e Circe Maria Bittencourt. Em parceria com a ANPUH-CE, discutindo os impactos da BNC - **Formação e as novas resoluções das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de História**. Mediação de Geovanio Rodrigues (UAB/UECE/SME) e Tito Barros Leal (UVA/ ANPUH-CE). [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://youtu.be/YqAMRPWNb1s>. Acesso em: 11 jan. 2021.

BRANCO, Juliana Cordeiro Soares; NEVES, Inajara de Salles Viana. Trabalho docente em tempos de COVID-19: EaD e Educação Remota Emergencial. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, ano 2020, v. 25, ed. 3, 2020. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/recc.v25i3.7382>. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Educacao/article/view/7382>. Acesso em: 11 jan. 2021.

EAD e precarização do ensino (Viração - Episódio #24): **Viração - ADUFPeI**. [S. l.: s. n.], 2020. *Podcast*. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/2LDJldraPqbLLx1D4BIPU5?si=y4M77PeNQu-hdc6tXFNWlg>. Acesso em: 11 jan. 2021.

Freitas, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018

PRECARIZAÇÃO do trabalho docente no contexto da pandemia - "**Enquanto a pandemia rola**". Compositor: Observatório da Democracia UFS. Intérprete: Prof. Leila Moraes (Diretora de Comunicação do Sintese), Prof.^a Dr^a Marizete Lucini (DED/UFS) e Prof.^a Dr^a Silvana Aparecida Bretas (DED/UFS). [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5xN44dsRNxR0ekx6M2sdm3?si=G4pF3rgSQgWcB54n1X7Blw>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SINDICATO DOS PROFESSORES EM ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL (SINPRO-EP), SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO NO DISTRITO FEDERAL (SINEPE-DF). **Convenção coletiva de trabalho**



2019/2021. Brasília, DF, 2019. Disponível em: http://www.sinproepdf.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Conven%C3%A7%C3%A3o-Coletiva-SINEPE_2019-2.pdf. Acesso em: 1 jan. 2021.

SOUZA, Kátia R. *et al.* Trabalho remoto, saúde docente e greve virtual em cenário de pandemia. ***Trabalho, Educação e Saúde***, v. 19, 2021, e00309141. DOI: 10.1590/1981-7746-so100309



Mesa 3

Educação e interdisciplinaridade: desafios para o século XXI

As diferenças e semelhanças das condições de estudo de estudantes de escola pública e privada, no contexto da pandemia do COVID-19, no Distrito Federal.

Gabriela Aparecida Silva de Lima

Palavras-chave: Educação. Covid-19. Distrito Federal.

A excepcionalidade do momento vivenciado por conta da pandemia do Covid-19 impôs uma série de desafios para diversos setores, entre eles o da educação. Como forma de conter a disseminação do vírus, foram adotadas medidas de distanciamento social, que, no caso das escolas, significou seu fechamento e a interrupção das aulas presenciais. Diante desse contexto, a alternativa encontrada pela maioria das secretarias estaduais, municipais e órgãos que regulam a educação federal foi dar continuidade ao ano letivo por meio do ensino remoto. A promoção dessa modalidade de ensino tem se dado desde então por plataformas, aplicativos, rádios e televisão aberta. Aos alunos que não possuem acesso à internet, as atividades são disponibilizadas impressas na escola, e, no caso de algumas secretarias, também são entregues em casa (MURÇA, 2020). A despeito do ensino remoto, autores, como Formiga (2020), Reis (2020) e Oliveira (2020), têm apontado para o risco que essa modalidade de ensino representa no aprofundamento das desigualdades educacionais, dado que nem todos os alunos têm acesso à internet ou aos aparelhos necessários para esse tipo de ensino. Corroborando esse pensamento, Reis (2020) deixa claro que, ao falar de educação à distância – EAD –, é preciso levar em conta o fato de que nem todos têm acesso aos meios e instrumentos que se fazem necessários para serem digitalmente integrados e, mais ainda, mesmo que possuam isso, não quer dizer que dominem plataformas e linguagens digitais. Com relação às oportunidades educacionais oferecidas para as diferentes classes, vemos que são diferentes. De um lado, são encontradas diferentes tecnologias e estratégias de ensino, suporte dos pais, ambiente apropriado para estudar, material proposto e de apoio e continuidade dos cronogramas nas escolas particulares. De outro, uma realidade totalmente diferente, nas escolas públicas as aulas foram suspensas, causando defasagem nos cronogramas, falta acesso à *internet*, aparelhos eletrônicos como *tablets*, computadores, o ambiente é compartilhado com várias pessoas. O suporte dos pais é limitado, muitos não foram dispensados do trabalho, então não possuem tempo para auxiliar nas atividades (FORMIGA, 2020). Para Vivian Martins e Joelma Almeida (2020), um ponto que precisa ser repensado no ensino remoto é a importância dada ao conteúdo. Assim, tecem crítica à perspectiva de transpor a didática de conteúdos da educação presencial para o ensino à distância, esquecendo da subjetividade, da construção conjunta, da autoria, da interdisciplinaridade etc. Santos (2020) rejeita os discursos que versam sobre uma possível revolução na educação pós-pandemia. Para ele, tanto histórico quanto teoricamente, essa visão é incoerente.

Quando se diz que a educação não será mais a mesma e por consequência a volta das aulas presenciais também não, fala-se de um futuro que não se concretizou, ou seja, de um vir a ser que não tem como saber, porém já é tratado como certo. Ademais, esse argumento não tem sustentação teórica. Mesmo que se pense na utilização das ferramentas e potencialidades da *internet*, não quer dizer que surgiram novas formas ou práticas pedagógicas de ensino. Não se tem nada novo, as avaliações tradicionais continuam sendo utilizadas como ferramentas coercitivas de uma geração para outra. Por fim, é inconcebível pensar uma revolução na educação sem pensar na ruptura do elitismo educacional e sem a redução das desigualdades sociais. O objetivo da pesquisa é analisar as condições de ensino dos estudantes de escolas públicas e privadas do Distrito Federal no contexto da pandemia do Covid-19. Ensaiar a respeito das dificuldades de adaptação dos alunos ao modelo de ensino remoto; investigar como o esse modelo de ensino pode ser fator de aprofundamento das desigualdades educacionais entre os estudantes de escolas públicas e particulares; comparar as medidas tomadas pelas instituições escolares para minimizar os efeitos da pandemia no ano letivo de 2020; examinar os planos para a retomada das aulas presenciais das escolas particulares e públicas. O trabalho de pesquisa seguirá por meio de pesquisa bibliográfica, buscando, nos referenciais teóricos, encaminhamentos que tornem possível compreender a fonte das desigualdades educacionais e dos principais conceitos. Optou-se ainda por esse tipo de pesquisa pela possibilidade que se tem de fazer levantamentos de dados secundários, como se sabe, esse tipo de levantamento é importante para iniciar investigações a respeito de um público alvo. Inicialmente, pretende-se aplicar questionários *on-line* para estudantes do Ensino Médio de escolas públicas e particulares do Distrito Federal. A escolha dos estudantes se dará por meio de apontamento dos professores, pretende-se averiguar com esses profissionais em quais turmas se verificou maior dificuldade dos alunos em realizar/participar das atividades de forma remota. Serão escolhidas duas escolas, uma pública e uma particular. Os critérios para a escolha das escolas serão a vulnerabilidade socioeconômica de cada região, a oferta de *internet* nas localidades onde estão inseridas essas escolas, o acesso dos estudantes a aparelhos eletrônicos como celular, *tablet* e computador e a estrutura das escolas para o ensino remoto. Após a aplicação dos questionários e de acordo com as respostas dos estudantes, serão escolhidos alunos para participarem de entrevistas em grupos focais. A realização dos grupos focais será por meio de plataformas digitais. Após a análise dos dados, será possível identificar as dificuldades dos alunos das duas instituições e responder às questões que norteiam a pesquisa. Assim, são muitas as questões a serem pensadas no contexto da educação em meio à pandemia. Nessa perspectiva, tais questões serão pensadas em relação às condições de ensino de alunos das escolas públicas e privadas do Distrito Federal. Nakata (2020) já nos aponta para um cenário de desigualdades educacionais e de falta de infraestrutura das escolas. A pesquisa encontra-se em fase inicial, tendo sido feitos levantamentos a respeito



da bibliografia de referência a ser utilizada. Inicialmente, verificou-se que há vários textos com a temática estudada, mas poucos que discorram especificamente sobre os efeitos da pandemia no contexto educacional do Distrito Federal. Desse modo, como plano desta pesquisa buscaremos realizar a leitura e análise dos documentos oficiais que nortearam as decisões sobre o ensino remoto e a retomada das aulas presenciais nas escolas do Distrito Federal.

Referências

CARDOSO, Cristiane Alves *et al.* (Des)igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Com Censo**, Brasília, v. 7, n. 3, p. 38-46, 2020.

CUNHA, Leonardo Ferreira Farias da; SILVA, Alcineia de Souza; SILVA, Aurênio Pereira da. O ensino remoto no Brasil em tempos de pandemia: diálogos acerca da qualidade e do direito e acesso à educação. **Revista Com Censo**, [s. l.], v. 7, n. 3, p. 27-37, ago. 2020. Bimestral. Disponível em: <http://www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/924>. Acesso em: 27 set. 2020.

FORMIGA, Íris Maria de Oliveira. **A exclusão Social e a educação na Pós-Pandemia**. 2020. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14315/1/1%C3%8Dris%20Maria%20DE%20Oliveira%20Formiga.pdf>. Acesso em: 27 set. 2020.

MARTINS, Vivian; ALMEIDA, Joelma. EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL: saberesfazeres escolares em exposição nas redes. **Revista Docência e Cibercultura**, [S.L.], v. 4, n. 2, p. 215-224, 18 ago. 2020. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/redoc.2020.51026>.

MURÇA, Giovana. Quero Bolsa. *In: Ensino remoto aumenta as desigualdades educacionais e pode afetar desempenho no Enem*. [S. l.], 29 jun. 2020. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/ensino-remoto-aumenta-as-desigualdades-educacionais-e-pode-afetar-desempenho-no-enem>. Acesso em: 30 set. 2020.

VIANA, Theyse. “A pandemia vai fazer a desigualdade entre alunos aumentar”, afirma pesquisador Ivan Gontijo. **Diário do Nordeste**, [S. l.], 4 jul. 2020. Disponível em: <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/metro/a-pandemia-vai-fazer-a-desigualdade-entre-alunos-aumentar-afirma-pesquisador-ivan-gontijo-1.2962695>. Acesso em: 29 set. 2020.

NAKATA, Cláudio Hiroshi. CORONAVÍRUS: COMO A PANDEMIA ESCANCAROU A DESIGUALDADE E PARALISOU A EDUCAÇÃO NO DISTRITO FEDERAL. **Revista Nova Paideia**: Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa, Brasília - Df, v. 3, n. 2, p. 72-83, 2020. Anual.

OLIVEIRA, Caroline. Com aulas remotas, pandemia escancara desigualdade no acesso à educação de qualidade: “É importante que a sociedade faça uma aposta no sentido da inclusão das pessoas”, defende presidente da Andifes.



Brasil de Fato, São Paulo. 4 jun. 2020. Disponível em:
<https://www.brasildefato.com.br/2020/06/04/com-aulas-remotas-pandemia-escancara-desigualdade-no-acesso-a-educacao-de-qualidade>. Acesso em: 30 set. 2020.

REIS, Diego dos Santos Reis D. dos S. CORONAVÍRUS E DESIGUALDADES EDUCACIONAIS: reposicionando o debate. **Olhar de Professor**, [S.L.], v. 23, p. 1-5, 2020. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
<http://dx.doi.org/10.5212/olharprofr.v.23.2020.15592.209209226414.0605>.

SANTOS, Claitonei de Siqueira. Gestão & Tecnologia Faculdade Delta. **Gestão & Tecnologia Faculdade Delta**, Goiânia - Go, v. 1, n., p. 44-47, 2020. Trimestral.

Pandemia e política educacional no IFB em 2020

Sonirza Corrêa Marques

Palavras-chave: Política pública. Educação. Pandemia. Ensino remoto.

A pandemia do COVID-19, pelo novo coronavírus, teve seus primeiros casos reportados à Organização Mundial de Saúde (OMS) em 31 de dezembro de 2019. Pandemia, segundo a OMS (2020), não se refere à gravidade da doença, mas à distribuição geográfica, existência de surtos em vários países do mundo, tornando a questão emergencial, gerando incertezas, rupturas e transformações em todos os setores da sociedade, exigindo medidas que respondam, de forma rápida e eficaz, às demandas geradas pela crise.

Um cenário singular que impôs à educação um olhar atento, reflexivo e de acolhimento aos professores, alunos e familiares diante da adoção de estratégias de enfrentamento ao vírus e ao distanciamento social provocado pelo fechamento das instituições de ensino, uma das principais medidas de contenção ao contágio pelo vírus.

A perplexidade do momento foi tamanha em todas as escolas, em diferentes redes de ensino, públicas e privadas. No caso do IFB, a suspensão das aulas presenciais e do atendimento à comunidade externa ocorreu em 12 de março de 2020 de forma provisória, posteriormente por meio da Resolução nº 10 de 02 de abril de 2020, por tempo indeterminado, e a retomada dos calendários acadêmicos de forma não presencial autorizada em 19 de junho de 2020 por meio da Resolução nº 20/2020 RIFB/IFB e o retorno das atividades acadêmicas por meio de atividades não presenciais para o dia 03 de agosto do respectivo ano. O espaço temporal entre as medidas adotadas é explicado pelo ineditismo do confinamento imposto pelo bloqueio do acesso às escolas, gerando desconforto diante do desconhecido, o que impediu, num primeiro momento, o planejamento em médio prazo.

A retomada das atividades acadêmicas levanta o questionamento: qual a concepção de política pública em educação que norteia as atividades pedagógicas remotas desenvolvidas na Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília?

A implantação de uma política pública tem início com a identificação da demanda a ser atendida, passa pela definição das melhores estratégias de implantação e execução. Assim, o desafio imposto à política pública na área educacional ao enfrentamento do distanciamento social imposto como medida para evitar a disseminação do coronavírus atinge diretamente as instituições de ensino na medida em que são elas que sofrem os reflexos da definição dessas políticas, direta ou indiretamente. Conforme Ferreira e Nogueira, (2015, p. 1), a escola “nada mais é do que a ponte que liga determinações e objetivos legais com a realidade local. Por conseguinte, tais políticas têm uma ligação direta com a escola, posto que esta é o locus onde a realidade que necessita ser atingida se

apresenta.”.

No Brasil, assim como nos demais países, a adoção da modalidade de Ensino Remoto Emergencial, deu-se num contexto em que o acesso às escolas foi suspenso por decreto emergencial. Portanto, obrigando professores e alunos a migrarem para ambientes virtuais, transferindo e transpondo metodologias e práticas pedagógicas típicas dos territórios físicos de aprendizagem, ressignificando seus processos pedagógicos, de modo a atender as necessidades do aluno no seu processo de ensino e aprendizagem, mesmo que professor e aluno estejam cada um na sua casa.

Para Moreira e Schlemmer (2020), Ensino Remoto Emergencial caracteriza-se pela mudança temporária do ensino presencial para o ensino remoto, conteúdo ministrado em plataformas a distância, variabilidade de recursos, práticas e estratégias, com o objetivo de possibilitar acesso temporário, confiável e rápido às atividades pedagógicas. Não é o mesmo que o ensino a distância ou modelo híbrido, embora utilize tecnologias digitais.

Na Educação a Distância, segundo Moore e Kersley (2007, p. 2), o aprendizado é planejado, ocorre normalmente em um lugar diferente do local de ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso e de instrução e comunicação por meio de várias tecnologias e disposições organizacionais e administrativas especiais. Portanto, a mediação didático-pedagógica também se utiliza das tecnologias de informação e comunicação nos seus processos didáticos pedagógicos em espaço temporal e geográfico diversos, adota, porém, concepção didático pedagógica própria em que conteúdos, atividades e todo o *design* são pensados considerando os sujeitos neles envolvidos.

A Educação Híbrida, considerada tendência para o século XXI, está relacionada ao ideal dos professores de combinar o ensino presencial com práticas pedagógicas planejadas com uso de várias tecnologias, oportunizando protagonismo do aluno que se relaciona com facilidade com essas tecnologias dentro e fora do espaço escolar, integrando educação e tecnologia. Tecnologia essa que faz parte do cotidiano do aluno em suas relações interpessoais, sociais e de lazer (Moreira e Schlemmer; 2020).

O desafio do presente estudo é o de confrontar dados, evidências e informações a respeito da retomada das atividades pedagógicas na Educação Básica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB) por meio do ensino remoto, analisando o objeto de pesquisa numa abordagem qualitativa. A pesquisa documental e a entrevista semiestruturada, por meio das novas tecnologias de comunicação a quatro gestores da Educação Básica, foram as técnicas escolhidas para coleta dos dados.

A pesquisa encontra-se em estágio incipiente, momento de conhecer o objeto de estudo e buscar as melhores fontes para o desenvolvimento da pesquisa. A leitura, o fichamento do referencial teórico e o levantamento dos documentos oficiais que dão sustentação às medidas emergenciais adotadas é o que tem merecido atenção neste momento.



Referências

BEHAR, Patricia A. O Ensino Remoto a Distância Emergencial e a Educação a Distância. *Jornal da Cidade, RS*, p. 1-1, 6 jul. 2020. Disponível em: <https://ufrgs.br/coronavirus>. Acesso em 1 outubro 2020.

FERREIRA, Luis Antônio Miguel. Nogueira, Flávia Maria de Barros (2016). Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação. *@rquivo Brasileiro de Educação*, 3(5), 102-129. Acesso em: 10 jan. 2020.

KEARSLEY, Greg. MOORE, Michael. Educação a Distância: uma visão integrada. 1. ed. SP: Cenage Learning, 2010.

OMS (Brasil). OMS classifica Coronavírus como pandemia. *Who.int*, [S.l.], p.1-1, 11 de mar. 2020. Disponível em: *Who.int*. Acesso em: 9 jan.2021.

Resolução 10/2020 - RIFB/IFB. Covid-19 - Fique ligado: Informativos do IFB: Resolução 10/2020, Brasília, p. 1-1, 2 abr. 2020. Disponível em: ifb.edu.br/reitoria/23605. Acesso em: 10 jan. 2021

Resolução 20/2020 - RIFB/IFB. Covid-19 - Fique ligado: Informativos do IFB: Resolução 20/2020, Brasília, p. 1-1, 19 jun. 2020. Disponível em: ifb.edu.br/reitoria/23605. Acesso em: 10 jan. 2021.

Antônio Moreira, J., & Schlemmer, E. (2020). Por um novo conceito e paradigma de educação digital on life. *Revista UFG*, 20(26). <https://doi.org/10.5216/revufg.v20.63438> acessado em 08/01/2020.

As emoções e sua influência na docência: ensino remoto no período de pandemia

Magda Ribeiro da Costa

Palavras-chave: Alunos. Aulas remotas. Pandemia. Covid-19.

A pandemia do coronavírus, enfrentada atualmente no mundo todo, tem impactado os sistemas educacionais. Há muito tempo o mundo não tem lembranças de problemas coletivos assim, muitas pessoas estão surpreendidas com o fato de estarem vulneráveis diante de um inimigo tão pequeno. Nesse sentido, segundo especialistas da área da medicina no mundo, até o presente momento, as únicas formas de vencermos esse vírus são com cuidados de higiene e isolamento social, o que se torna difícil para todos. Nesse contexto, a presente pesquisa buscou compreender o emocional das pessoas envolvidas na continuação da aprendizagem e como estão enfrentando esses momentos de medidas de isolamento social por conta da pandemia, principalmente em como isso vem influenciando o trabalho docente na Educação Básica, nas redes públicas de ensino do Distrito Federal. São notórias as alterações emocionais no cotidiano das pessoas, todas foram impactadas, principalmente os discentes, tendo que enfrentar as aulas remotas, a inexperiência da família, bem com dos educadores em ensinar sem ter contato direto com seus alunos e ainda terem que exercitar a empatia dentro de um cenário pandêmico.

Este trabalho objetiva apresentar a percepção emocional do que ocorre nas aulas remotas, de uma forma mais detalhada e com o ponto de vista diferenciado com relação às emoções das pessoas inseridas dentro do contexto escolar. Procura explicitar como, neste período de pandemia, tem ocorrido o contato com os discentes, além de obter uma análise mais detalhada de como os familiares tem vivido dia a dia, envolvidos diretamente com a aprendizagem dos educandos, pois, segundo Possebon (2017), a emoção é uma reação intensa e relativamente prevê, que ocorre internamente mediante um estímulo, uma reação à informação que se recebe mediante um processo (POSSEBON, 2017, p. 62). Pretende-se entender como tem sido a realidade de cada um dos envolvidos na continuidade do ensino dos discentes durante este tempo de pandemia causado pelo Covid-19 e como tais mudanças podem influenciar a docência no Distrito Federal. Muitas questões complexas relativas ao ensino remoto trazem consigo sentimentos e muitas discussões sobre o contexto do trabalho docente com relação à infraestrutura das escolas, da saúde de toda a comunidade escolar e do retorno recebido da família, dando suporte às aulas remotas. Nota-se que se trata de uma fase que irá perdurar até o retorno das atividades presenciais e a reorganização do ensino escolar.

Para a realização deste trabalho, será realizada uma pesquisa qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos

dos significados que as pessoas a eles conferem. Diante disso, apresentaremos uma abordagem sobre emoções, mesmo que virtual, objetivando respaldar este estudo, procurando padrões, ideias ou hipóteses que facilitem o entendimento dos sentimentos das pessoas, não com a intenção de testar ou confirmar opiniões, mas determinar as descobertas dos novos sentimentos, entender como essa emoção tem afetado a docência e como o ensino remoto tem sido recebido neste período de pandemia. A pesquisa do tipo exploratória pode ser realizada sobre um problema ou alguma questão que geralmente se torna assunto que não possui a obrigatoriedade de se estudar antes, pode ser respondida de forma pessoal e natural. As pessoas que responderam às perguntas relacionadas a esta pesquisa fazem parte de contextos ligados à educação no Distrito Federal, que estão dentro ou fazem parte do mundo do ensino e da aprendizagem.

Este trabalho já passou pelo processo de leitura e pesquisa teórica. Contudo, ainda buscará apresentar resultados qualitativos que serão executados nos próximos meses com aplicações de questionários do *Google Forms* e de pesquisas relativas à respectiva abordagem.

Diante do exposto, conclui-se que o ensino remoto dificilmente conseguirá superar o ensino presencial, por causa da distância que cria entre quem ensina com quem se aprende, além da interação humana que traz mudanças complexas para a vida de todos. Além disso, cabe enfatizar que a tecnologia é imprescindível neste período de pandemia e que se tornou uma forma de termos controle sobre a continuidade do ensino, para que as vidas dos alunos possam seguir de forma que não percam a esperança, acreditando que tudo passará e que voltarão ao convívio social da escola. Ao trabalhar a educação emocional, aprendemos diferentes aspectos, “[...] consciência emocional, regulação emocional, autoestima, tolerância à frustração, controle de impulsividade, resiliência, bem-estar, dentre outras” (ALZINA; GONZALEZ; NAVARRO, 2015, p. 267).

Por fim, dentro das reflexões acerca dos detalhes metodológicos inseridos nas escolas virtuais, destacamos a mudança de comportamento dos familiares com relação às obrigações de terem que auxiliar os alunos nos momentos de aprendizagem, além de verem como a escassez da tecnologia fazia parte de suas vidas, um desafio para os pais que evidenciavam a baixa renda da família de perto e agora ainda tinham que compartilhar com os professores, uma situação difícil para ambos os lados, especialmente na educação infantil. Fomos obrigados a compreender essas mudanças, entendendo que era preciso minimizar possíveis prejuízos educacionais, e a solução mais coerente que o sistema encontrou foi adaptar a sociedade a coisas novas, contando com a expectativa de que os professores dariam tudo de si para ensinar seus alunos até que aparecessem outras formas de se conviver com a pandemia.



Referências

ALZINA, Rafael Bisquerra; GONZÁLEZ, Juan Carlos Pérez; NAVARRO, Esther García. Inteligência Emocional en Educación. Madrid: Síntesis, 2015.

DENZIN, N. K. e LINCOLN, Y. S. (Orgs.). O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 15-41.

_____. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

POSSEBON. Elisa Pereira Gonçalves. O universo das emoções: uma introdução. Ed. João Pessoa: Libellus, 2017.

Agricultura familiar na comunidade agrícola Kanegae: o uso do território como ferramenta de Educação Ambiental na Educação Básica

Naynara Laila Ferreira Rocha

Palavras-chave: Agricultura familiar. Educação Ambiental. Desenvolvimento sustentável.

As transformações ocorridas na agricultura brasileira, subsidiada pelo processo de modernização, implantação do sistema econômico capitalista, e crescimento urbano desordenado, têm suscitado novas questões no que tange às relações dos pequenos produtores, baseadas essencialmente na sobrevivência da agricultura familiar, da terra e do trabalho. Segundo Mendes (2005), o meio urbano, o mercado consumidor, os insumos agrícolas e as inovações tecnológicas orientam as condições da produção agrícola, sugerindo uma transformação no perfil do produtor rural e uma crescente modificação no modo sustentável de se produzir.

Desse modo, a presente pesquisa será desenvolvida na Colônia Agrícola Fazenda Sucupira – CAFS –, na Região Administrativa XVII (RA XVII), do Riacho Fundo I, com o objetivo de analisar os sistemas agrícolas desenvolvidos pelos núcleos familiares e evidenciar que o manejo adotado se realiza dentro de parâmetros das diretrizes do desenvolvimento sustentável. Ainda nessa perspectiva, pretende-se indicar se o modo de produção agrícola e o uso do território da comunidade Kanegae podem ser utilizados como instrumento pedagógico para o processo de ensino e aprendizagem em Educação Ambiental no ensino básico do ensino fundamental.

Agricultura familiar é compreendida como aquela em que a família é proprietária tanto dos meios de produção, como também assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 2001). Segundo Santos (2013), destaca-se que a agricultura familiar tem grande relevância para a preservação do meio ambiente, devido à utilização de técnicas e práticas de cultivo sustentáveis que pouco agredem o meio ambiente. É importante salientar que agricultura familiar e desenvolvimento sustentável estão intimamente relacionados, ao se definir desenvolvimento sustentável, também está se discutindo o que é sustentabilidade. Ela consiste em encontrar meios de produção, distribuição e consumo dos recursos existentes de forma mais harmônica, economicamente eficaz e ecologicamente viável (SILVA, 2002). Ou seja, “o desenvolvimento sustentável é capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender às necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro” (CMMAD, 1988).

Nota-se que a agricultura familiar, em consonância com os parâmetros do desenvolvimento sustentável, é importante para o meio ambiente, contudo é importante ressaltar que ela pode contribuir como forte ferramenta pedagógica

para o ensino de Educação Ambiental.

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2021), a Educação Ambiental é o processo pelo qual os indivíduos são levados a construir valores, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências direcionadas para preservação do meio ambiente, assim como o bem comum da sociedade. Além disso, a Educação Ambiental segue regida pela Lei n° 9.795/1999, Lei de Política Nacional da Educação Ambiental, que institui a Educação Ambiental como “efetiva e permanente, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal” (BRASIL, 1999).

Em conformidade com a Lei supracitada, a Educação Ambiental não representa necessariamente uma disciplina, mas um instrumento orientador das pessoas para uma vida equilibrada, constituída por uma relação de respeito pelo meio ambiente, integrando o currículo de forma transversal, em que permeia todos os níveis de ensino.

A Educação Ambiental refere-se a um conjunto de práticas que buscam o envolvimento de escola e comunidade, como preceitua a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), a indivíduos ligados às atividades agrícolas, mostra-se como ferramenta estratégica para a produção de um processo de conhecimento, que proporcione uma reflexão sobre os problemas ambientais do meio em que está inserido, levando-se em consideração a construção sociocultural local, envolvendo a escola, a família e a comunidade.

O presente estudo será desenvolvido a partir de pesquisa bibliográfica e observação de campo, tendo como objetivo analisar a agricultura desenvolvida na comunidade agrícola Kanegae, se estão de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável. Os resultados poderão propor alternativas, com a finalidade do uso do território da comunidade agrícola Kanegae, pode auxiliar no processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica do Ensino Fundamental. De acordo com o perfil da investigação, optou-se pela aplicação de entrevistas semiestruturadas, que, segundo Gil (2008), é uma importante ferramenta técnica para obter informações sobre conhecimentos, expectativas e comportamento presente ou passado, características de determinada população, com importantes vantagens: garante o anonimato das respostas, não expõe os pesquisadores à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado. Além disso, constitui ferramenta apropriada para o levantamento de informações em amostragens cujo número amostral é maior que 30 pessoas.

Para análise e interpretação dos dados, será utilizado o método fenomenológico, em que o pesquisador mostra as informações mantendo sua originalidade, considerando o que está presente na consciência do sujeito (GIL, 2008). A análise e interpretação dos dados compreendem os seguintes passos: codificação, tabulação, análise estatística dos dados e interpretação dos dados (GIL, 2008). É importante ressaltar que, no momento, devido à pandemia do Covid-19, a produção do trabalho se encontra no estágio de elucidação da pesquisa bibliográfica.

Referências

MENDES, E. de P. P. **A produção rural familiar em Goiás: as comunidades rurais no município de Catalão.** 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia – Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2005.

SANTOS, Edilene de Jesus. **Educação Ambiental e Agricultura Familiar: uma análise do povoado de Lagoa das Flores em Vitória da Conquista, BA.** 2013. 44f. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental em Municípios). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2013.

SILVA, Edilene Américo. *Zoneamento geoambiental e diretrizes para o desenvolvimento Sustentável.* 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Programa em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Comissão Mundial da ONU para o Meio Ambiente. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org>>. Acesso em: 15 de janeiro. 2021.

BRASIL. Lei n. 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996.

Política Nacional de Educação Ambiental. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: 14 jan.2021.

MMA. A Política Nacional dos Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/pol%C3%ADtica-de-res%C3%ADduos-s%C3%B3lidos>>. Acesso em: jan. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campensinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p. 21-55.

Subjetividade, trabalho pedagógico e desafios da educação frente à pandemia: um estudo com professores da SEEDF

Eliane Costa da Silva

Palavras-chave: Trabalho pedagógico. Subjetividade. Processos subjetivos.

O presente trabalho visa estudar a subjetividade, trabalho pedagógico e os desafios no novo cenário da educação frente à pandemia. Como justificativa propõe reflexões mediante o contexto atual durante a pandemia do coronavírus, transmissor da Covid-19, e a influência do vírus no sistema educacional. No Distrito Federal, as aulas presenciais foram suspensas, adotando a opção virtual para que os professores pudessem dar andamento às suas atividades e para que os alunos conseguissem finalizar o ano letivo. Dessa forma, uma das maneiras de manter o contato com os alunos foi por meio da educação remota de forma emergencial, com o uso de instrumentos tecnológicos e *internet*. No entanto, encontram-se percalços em relação a esse acesso. Hoje, 46 milhões de brasileiros não têm acesso à internet. Desse total, 45% explicam que a falta de acesso acontece porque o serviço é muito caro e, para 37% dessas pessoas, a falta do aparelho celular, computador ou *tablet* também é uma das razões (RAQUEL, 2020). Nesse sentido, os docentes encontram-se expostos em manter esse elo com os alunos, o governo do Distrito Federal e a Secretaria de Ensino e Educação do Distrito Federal (SEEDF) lançaram o Programa Escola em Casa, com o uso de plataforma virtual. Considerando esse contexto de acesso às tecnologias digitais, o estudo pretende compreender os processos subjetivos do trabalho pedagógico no uso das Tecnologias da Comunicação e da Informação (TIC's) no novo cenário da educação. Os objetivos específicos direcionam-se em: a) caracterizar o trabalho pedagógico com uso das TIC's desenvolvido pelo professor durante a pandemia; b) analisar a subjetividade individual do professor com foco na condição de sujeito do trabalho pedagógico mediada ao uso das TIC's. Para o desenvolvimento desse estudo, o trabalho monográfico divide-se em quatro momentos. No primeiro e segundo momento, tratamos a educação na atualidade, a subjetividade individual e a categoria de sujeito. Fundamentado por González Rey (1997, 2005, 2017), que aponta as categorias da teoria da subjetividade: subjetividade individual e sujeito, apresentando, assim, uma inovação que expressa conexão entre o indivíduo e a sociedade, ultrapassando as perspectivas estáticas, naturalistas e racionalistas, atribuindo a existência da subjetividade social e individual. É fundamentada em Nóvoa (2020) e Freitas (2020) que tratam a pandemia da Covid-19 e o futuro da educação, bem como desafios e políticas de acesso à educação de qualidade no contexto da pandemia. Em um terceiro momento, discorreremos sobre o trabalho e sua construção social com base nas teorias de Marx e Engels, assim como o trabalho pedagógico, cujo discurso predomina a ação docente, ao longo do desenvolvimento das metodologias de ensino e o conjunto de atividades para a atuação nas aulas

mediadas pela tecnologia. Esse assunto está fundamentado nos aportes teóricos de Brzezinski (2002), Tacca (2008), Villas Boas (2004). Por fim, apresentam-se as TIC's e a nova ecologia da aprendizagem que traz em seu referencial as abordagens da tecnologia no contexto escolar, as possibilidades para a prática pedagógica de maneira contextualizada que agrega na aprendizagem dos alunos, fundamentada nos autores Coll e Monereo (2010). Como metodologia, optou-se em inspirar-se na epistemologia qualitativa, mediada com a análise de conteúdo, tendo em vista que o presente estudo não busca aprofundar na subjetividade dos participantes, mas sim em perceber e compreender as ações pedagógicas predominante dos docentes. Tem como público alvo dois docentes da rede de ensino da educação básica da SEEDF, que atuaram na docência durante a pandemia. A pesquisa se desenvolverá a partir de instrumentos, que se dividem em duas ferramentas, a dinâmica conversacional e complemento de frases, que será realizada com entrevista *online*, por meio de uma conversa em que será direcionado um tema-objeto como um caráter facilitador na coleta de informações e no complemento de frases que serão usadas para produzir indicadores de interpretação, “ao se agrupar as frases, tem-se o cuidado para não restringir as possibilidades de construções teóricas a partir de interpretações qualitativas” (DOBRÁNZKY, GONZÁLEZ REY, 2008, p. 7) Tal ação configura-se em “[...] conduzir a pessoa estudada a campos significativos de sua experiência pessoal, os quais são capazes de envolvê-la no sentido subjetivo dos diferentes espaços delimitadores de sua subjetividade individual” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 126). A abordagem metodológica para interpretar os instrumentos da pesquisa será a análise de conteúdo, pois segundo Brandin (1977) “[...] qualquer comunicação, isto é, qualquer transporte de significações de um emissor para um receptor, controlado ou não por este, poderia ser escrito, decifrada pelas técnicas de análise de conteúdo” (BRANDI, 1977 p. 32). Atualmente a pesquisa de campo encontra-se no desenvolvimento e na correção dos instrumentos de pesquisa, após a validação pela orientadora e co-orientadora, sua aplicabilidade terá duração de três semanas no mês de fevereiro do ano de 2021. Como resultados parciais, realizados a partir dos referenciais teóricos, podemos situar que a educação sofreu mudanças de forma acentuada. A carga horária foi alterada de modo que os docentes dobram seu tempo em atendimentos a alunos e pais por meio de aparelhos eletrônicos. Outra observação foi a adaptação repentina dos docentes que tiveram que adquirir recursos tecnológicos, tais como celular, *notebook*, *ring light*, etc. Outros encontraram dificuldades em usá-los, pois não havia vivência anteriormente. Neste momento, a necessidade de formação continuada direcionada ao uso das TIC's torna-se evidente, houve essa proposta para os professores, porém o excesso de demandas e a rapidez com que toda a mudança vem ocorrendo não ajudaram como era esperado. Em sequência, constata-se a importância de uma ação conjunta dos professores, pois a troca de conhecimento pode ajudar uns aos outros durante a mediação pedagógica. Tal experiência, no atual momento, constitui-se em um exercício para uma educação transformadora.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Presonar, 1997.

BRZEZINSKI, Iria. **Profissão professor: Identidade e profissionalização docente**. Brasília, DF: Plano, 2002.

COLL, César. MONEREO, Charles. **Psicologia da Educação Virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DISTRITO FEDERAL. <https://escolaemcasa.se.df.gov.br/> acesso: 20 de jan. de 2021.

DOBRÁNSZKY, István de Abreu; GONZÁLEZ REY, Fernando. **A produção de sentidos subjetivos e as configurações subjetivas na especialização esportiva**. Revista brasileira de psicologia do esporte, v. 2, n. 2, p. 01-18, dez. 2008.

FREITAS, Luiz Carlos. <https://avaliacaoeducacional.com/author/freitaslc/> acesso: 20 de jan. de 2021.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Epistemologia cualitativa y subjetividad**. Habana: Pueblo y Educación, 1997.

GONZÁLEZ REY, Fernando. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo: Thomson, 2005.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. **Epistemologia qualitativa e teoria da subjetividade: discussões sobre educação e saúde**. Minas Gerais: Edufu, 2019.

GONZÁLEZ REY, Fernando; MITJÁNS MARTÍNEZ, Albertina. **Subjetividade teoria, epistemologia e método**. Campinas, SP: Alínea, 2017.

NÓVOA, Antônio. **A pandemia da Covid-19 e o futuro da educação**. Revista Com Censo #22, v. 7, n.3, p.08-12, ago. 2020.

RAQUEL, Martha. <https://www.brasildefato.com.br/2020/08/10/quem-sao-as-pessoas-que-nao-tem-acesso-a-internet-no-brasil> acesso: 20 de jan. de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. São Paulo: Boitempo, 2020.



SOUZA, Elias Caires; TORRES, José Fernando. **A teoria da subjetividade e seus conceitos centrais**. R. de Didat. e Psic. Pedag. Uberlândia, v.3, n.1, p.34-57, jan/abr, 2019.

TACCA, Maria Carmen V.R. **Aprendizagem e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Alínea, 2008.

VILLAS BOAS, Benigna Maria de Freitas. **Portfólio, avaliação e trabalho pedagógico**. Campinas, SP: Papyrus, 2004.

O (re)pensar da Educação Ambiental em tempos de pandemia: o estudo de caso do Centro de Ensino Fundamental 03 e do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho no Distrito Federal

Andrea Sabate Noronha

Palavras-chave: Educação Ambiental. Covid-19. Isolamento social. Escola.

A crise ambiental deste século tem provocado mudanças em todas as formas de vida, tanto as macroscópicas quanto as microscópicas, possibilitando o surgimento de diferentes tipos de doenças, como o vírus transmissor do Covid-19, denominado SARS-COV-2 (GUENTHER, 2020). Trata-se de uma doença infecciosa que, em parte, tem surgido com a interferência da ação antrópica na natureza e que tem causado mudanças na forma de viver das pessoas (NEFFA; SILVA; NEFFA, 2020). Assim, o isolamento social, o trabalho *home office*, o uso de máscaras e as tragédias cotidianas no número de pessoas mortas, causada pelo vírus, faz-nos repensar o papel do homem, agora, como o senhor e protetor da natureza (RONCAGLIO, 2009).

Nesse sentido, a fim de contextualizar esta pesquisa, faz-se necessário um breve resgate dos últimos meses da relação pessoa-ambiente e pessoa-pessoa, desde a notificação da Organização Mundial da Saúde, quando o novo vírus se espalhou rapidamente pelo mundo. Durante esse período, foi observado, em alguns estados brasileiros, que espécies de animais saíram da “toca” e deram o ar da graça nas cidades. Longe dos altos índices de ruídos causados pela agitação das cidades e, pelo alto nível de gases tóxicos liberados diariamente, fomos surpreendidos com o cantar de pássaros, que já não se ouvia. Foi preciso transformar as relações interpessoais; o mundo digital ocupou todos os lugares do mundo, no momento atual, o *status online* e *offline* era mais do que necessário, era primordial para garantir um mínimo de aprendizado por parte dos estudantes.

Dessa forma, discutir a Educação Ambiental (EA), em tempos de pandemia nas salas de aula, torna-se relevante, já que a falta de conscientização e de envolvimento por parte da população e dos governos, nas causas ambientais, diante de muitos problemas, que são observados, como o excesso de lixo nas ruas, a poluição das águas, a quase inexistente reciclagem de resíduos sólidos, o desmatamento têm provocado mudanças na dinâmica da terra. E nesse sentido, a escola, como espaço privilegiado de saberes, promove reflexões sobre os assuntos relacionados às ações transformadoras do meio ambiente.

Nesse contexto, a EA precisa estar inserida nas diversas atividades escolares, já que o assunto promove a interação do mundo real no qual os homens estão inseridos. Mesmo porque o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA), por meio da Lei nº 9795/99, lembra que a temática é um componente importante da educação nacional e precisa estar em constante diálogo com todas as modalidades do ensino formal e não formal (BRASIL, 1999).



É interessante lembrar que desde o surgimento do ser humano, há aproximadamente 200 mil anos, ele intervém na natureza. O crescente aumento da população mundial e das sociedades de consumo têm acelerado a devastação ambiental e modificado a dinâmica do funcionamento dos ecossistemas de forma a impactar na biodiversidade da vida no planeta e possibilitado a ameaça invisível do Covid-19 (BAPTISTA, 2010).

A respeito disso, Pereira (2020) faz um alerta da importância de se valorar a vida contra o viés capitalista, já que, no seu discurso, a vida precede a economia. Assim, Pereira (2020) afirma: “A (EA), em suas múltiplas dimensões, deve orientar e desenvolver formas de cuidado”.

Para tanto, ressignificar a discussão sobre a temática da EA nos variados componentes curriculares é propiciar aos estudantes diferentes olhares para a construção de uma sociedade mais justa e ambientalmente equilibrada (LIMA, 2015); é também aniquilar a voz contrária entre os dados científicos. Esse é um desafio para a maioria das escolas e para os professores, pois as questões ambientais são mais debatidas em datas específicas, como o dia da água e o dia do meio ambiente pelos professores das áreas de Ciências, Biologia, Ecologia e Geografia.

Frizzo e Carvalho (2018) lembram que existe um silêncio na EA que precisa ser desfeito sobretudo a partir de 2016 com o Programa Novo Mais Educação, no Plano Nacional de Educação em 2014-2024 e na Base Nacional Comum Curricular da Educação que não se discutiram a temática.

Assim, trabalhar esta temática é, antes de tudo, compreender que a EA é uma aliada importante na esfera educacional no sentido de agregar valores para a conservação do meio natural para as presentes e futuras gerações. Logo, esta pesquisa visa a compreender como a EA é trabalhada em tempos de pandemia nos 6º e 7º anos do Ensino Fundamental II da Educação Básica, com os vários docentes do Centro de Ensino Fundamental 03 e do Centro de Ensino Fundamental 04 de Sobradinho no Distrito Federal, visto que esta temática promove interconexão dos estudantes aos cuidados com o meio ambiente e que, nem sempre, é discutida nos componentes curriculares, apesar de ser um componente transdisciplinar.

Portanto, num primeiro momento, será relevante a realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, tal como os Parâmetros Curriculares Nacionais e a Política Nacional de Meio Ambiente. Também, será feita uma análise do Decreto nº 41190 de 11 de setembro de 2020 do Distrito Federal, na parte que se refere à educação. Em seguida, será realizada a coleta de dados por meio de um formulário virtual no *Google* sobre a EA que será disponibilizado para os docentes de todos os currículos dos 6º e 7º anos das escolas escolhidas, com o intuito de se saber como a temática é discutida com os estudantes durante a pandemia. O formulário conterá quatro questões de múltipla escolha e uma questão aberta sobre a EA no ensino remoto. Nesta pesquisa, será feita uma análise qualitativa dos resultados obtidos nos formulários e terá como base metodológica a análise do discurso. A escolha desses anos foi dada porque o



ensino fundamental II estimula o estudante a maiores desafios, estimulando o resgate de aprendizagens dos anos iniciais, além de o estudante ter aula com um professor para cada componente curricular.

A aplicação dos formulários para os docentes será feita mediante a autorização para a pesquisa acadêmico-científica e será solicitada na Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho do Distrito Federal.

Referências

BAPTISTA, Vinícius Ferreira. A relação entre o consumo e a escassez dos recursos naturais: uma abordagem histórica. **Saúde & Ambiente em Revista**, v.5, n. 1, p. 8-14, 2010.

BRASIL. Lei nº9795, de 27 de abril de 1999. Política Nacional de Educação Ambiental.

FRIZZO, Taís Cristine Ernst; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Políticas públicas atuais no Brasil: o silêncio da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, Edição Especial, n. 1, p. 115-127, 2018.

GUENTHER, Mariana. Como será amanhã? O mundo Pós-Pandemia. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 31-44, 2020.

LIMA, Gleice Prado. Educação ambiental crítica da concepção à prática. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, São Cristóvão, v. 1, n. 2, p. 33-52, 2015.

NEFFA, Elza; SILVA, Elmo Rodrigues da; NEFFA, Krishna. Educação Ambiental para além do capital: um desafio do século XXI. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 507-527, 2020.

PEREIRA, Vilmar Alves. Existências ameaçadas: A Educação Ambiental em tempos de COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 6, n. 4, p. 21254-21271, 2020.

RONCAGLIO, Cynthia. Teoria social e ambiente I. In: RONCAGLIO, Cynthia; JANKE, Nadja. **Sociedade Contemporânea e Desenvolvimento Sustentável**. Curitiba: IESDE, 2009. cap. 1, p. 11-18.

A complexidade da autodeclaração racial no contexto das cotas: reflexões a partir da análise dos procedimentos de heteroidentificação

Maria Angela de Jesus Silva

Palavras-chave: Autodeclaração. Cotas. Política afirmativa. Preto.

Este trabalho tem por objetivo analisar as contradições e complexidades dos procedimentos de verificação da autenticidade da autodeclaração da identidade étnica e racial prestada por candidatos negros, declarados voluntariamente pretos ou pardos, nas ações positivas da política de cotas, tanto no ingresso das universidades como em concursos públicos federais. As ações da política de cotas foram instituídas por meio da Lei nº 12.711/2012 (BRASIL, 2012), que garantiu a reserva das matrículas por curso e turno nas Universidades Federais e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, s.d.). A distribuição das vagas da cota racial e de deficiência é feita de acordo com a proporção de índios, negros, pardos e portadores de necessidades especiais da unidade da federação onde está localizada a instituição, bem como em concursos públicos federais, por meio da Lei nº 12.990/2014 (BRASIL, 2014), que reserva aos negros 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União. As publicações de tais políticas foram apontadas pelo IBGE como possível motivo para o aumento de 14,9 da população que se declara preta no Brasil, nos últimos 4 anos. Referenciada pela Lei nº 12.990/2014, conhecida como Lei de Cotas, regendo o ingresso dos candidatos cotistas, autodeclarados pretos ou pardos, tendo sido instituído e regulamentado pela Orientação Normativa nº 03/2016, exarada pelo Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, que dispõe sobre regras de aferição da veracidade da autodeclaração, com a indicação de comissão designada para tal fim, com competência deliberativa, que irão considerar, tão somente, os aspectos fenotípicos do candidato, os quais serão verificados obrigatoriamente com a presença do mesmo (BRASIL, 2016). Existe uma suposta dificuldade de identificação racial dos candidatos negros, categoria em que estão inseridos pretos e pardos, e assim definidos pela norma como destinatários da política afirmativa. Considerando a realidade social brasileira, o debate acerca do procedimento de verificação implica necessariamente em debater racismo enquanto fato social, políticas afirmativas e identidade racial. A compreensão da instituição dos procedimentos de heteroidentificação deve, conseqüentemente, ser buscada de maneira contextualizada. Assim, é a partir da análise das estruturas sociais e raciais brasileiras que o presente trabalho busca compreender de que forma se legitimam os mecanismos de verificação da pertença racial. A comissão designada para a verificação da veracidade da autodeclaração deverá ter seus membros

distribuídos por gênero, cor e, preferencialmente, naturalidade. Esta pesquisa propõe uma abordagem qualitativa da temática e se estrutura a partir de algumas etapas: pesquisa bibliográfica e documental. Nesse sentido, fez-se necessária a utilização de ferramentas de pesquisa disponibilizadas na rede mundial de computadores observando os métodos e procedimentos de aplicação da reserva de vagas aos candidatos negros, bem como os mecanismos de verificação da autenticidade da identidade racial autodeclarada pelo candidato voluntariamente, em fases de resultados de editais concluídos, tanto em vagas destinadas ao acesso às universidades, bem como processos de Concursos Públicos no âmbito Federal. Para tanto, estão sendo utilizadas pesquisas e questionamentos junto às Universidades Federais por intermédio da Lei de Acesso à Informação (LAI), no intuito de resgatar alguns dos mencionados editais, na medida em que a pesquisa se desenvolverá de maneira dinâmica, entre os fatos e sua interpretação, (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013, p. 33), a fim de selecionar conceitos que tragam ao texto um melhor argumento no que se refere à classificação e ao significado. Além disso, abordar-se-á uma pesquisa documental acerca das legislações, das normativas e das resoluções sobre a temática das cotas raciais, especialmente das já mencionadas, Leis nº 12.711/2012 e 12.990/2014, além da Orientação Normativa nº 03/2016, bem como as legislações correlatas. No que diz respeito à fundamentação teórica para esta pesquisa, foram selecionados autoras e autores que discutem racismo e políticas de ações afirmativas (MUNAGA, 2006), (SANTOS; SANTOS; BERTÚLIO, 2011) e (SANTOS, 2005), bem como o tema do acesso e permanência de negros na universidade e políticas de cotas (LOPES; BRAGA, 2007), (BRAGA SILVEIRA, 2007), (PACHECO; DA SILVA, 2007), (SANTOS, 2013). Com esse referencial teórico inicial, busca-se compreender os temas das políticas de ações afirmativas associadas às cotas e às discussões sobre o problema da autenticidade da autodeclaração da identidade étnica e racial prestada por candidatos negros, declarados voluntariamente pretos ou pardos. Até o momento, o trabalho avançou na pesquisa bibliográfica, para a constituição do referencial teórico conceitual, bem como a pesquisa documental, no que diz respeito ao levantamento da legislação e Portarias Normativas, além disso, através da solicitação feita no serviço de informação ao cidadão, já se obteve resposta da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ –, com alguns resultados de processos seletivos realizados na Instituição.

Referências

- BRAGA, Maria; SILVEIRA, Maria (org.). *O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista*. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Orientação Normativa Nº 3, de 1º de Agosto de 2016. Disponível em <https://bit.ly/2SaQPhM>. Acessada em 29 de set. de 2020.
- BRASIL. Lei Nº 12.990, de 09 de Junho de 2014. Disponível em <https://bit.ly/3jIjD8g>. Acessado em 29 de set. de 2020.
- BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Disponível em <https://bit.ly/36pxGki>. Acessado em 29 de set. de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. "Entenda as cotas para quem estudou todo ensino médio em escolas públicas". S.d. Disponível em: <https://bit.ly/34eaF1n>. Acessado em 29 de set. de 2020.
- IBGE. Características étnico-raciais da população: um estudo das categorias de classificação de cor ou raça 2008. Rio de Janeiro: 2011. 99 p. Acompanha 1 CD-ROM. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCE_RP2008.pdf. Acesso em: 04 de out. de 2020.
- LAKATOS; MARCONI. Fundamentos de Metodologia Científica. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LOPES, Maria; BRAGA, Maria (org.). *Acesso e Permanência da população negra no ensino superior*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007.
- MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre "raça", ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, São Paulo, n.68, p. 46-57, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em <https://bit.ly/349doci>. Consultado em 29 de set. 2020.
- PACHECO, Jairo; DA SILVA, Maria (org.). *O negro na universidade: o direito a inclusão*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.
- SAMPIERI, Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, María del Pilar. *Metodologia de Pesquisa*. Trad. Daisy de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso,



2013.

SANTOS, Sales (org.). *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SANTOS, Jocélio (org.). *O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012)*. Salvador: CEAO, 2013.

SANTOS, Sales Augusto dos; SANTOS, João Vitor Moreno dos; e BERTÚLIO, Dora Lúcia. O processo de aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, Lei n.º 12.288, de 20 de julho de 2010. Brasília: INESC, 2011.

Dificuldades da inserção da mulher no mundo do trabalho científico

Luana Soares Crisóstomo

Palavras-chave: Mulheres. Ciência. Desigualdade. Gênero. Construção social.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa em nível de pós-graduação e aborda a ausência e/ou a invisibilidade da mulher no que se refere ao mundo do trabalho científico, como um mecanismo de domínio que evidencia a ciência masculina e acentua as dificuldades da inserção da mulher no âmbito científico e objetiva identificar, nas falas das cientistas do Instituto Federal de Brasília, como foi o processo para chegar à carreira, considerando a ciência como campo masculino e como elas enxergam a relação de gênero na ciência.

As mulheres têm alcançado grande participação na sociedade atual. Na maioria das vezes, elas ocupam espaços e profissões já definidos como femininos e poucas vezes ocupam posições de liderança. Estudos e divulgações da presença feminina em alguns setores podem influenciar as escolhas das carreiras de outras mulheres e, ao mesmo tempo, provocar os leitores a repensarem a supremacia masculina em nossa sociedade.

Posições sexistas e racistas não são criações de pessoas ou grupos, são hipóteses propagadas por entidades e pela sociedade, que parecem ser verdadeiras para a maioria dos indivíduos, e que servem aos interesses do poder político e econômico (HARDING, 2007).

Considerando as modificações que ocorreram no feminino e masculino nas últimas décadas, um estudo aprofundado sobre a participação feminina em determinadas áreas ajudará na reflexão sobre a ausência e a invisibilidade que a mulher sofre como um mecanismo de domínio.

A escolha das mulheres por uma profissão é influenciada por fatores culturais, sociais, históricos e políticos enraizados na nossa sociedade (SILVA; RIBEIRO, 1969). Após o processo de industrialização, elas foram aos poucos conquistando ambientes de trabalho típicos do sexo feminino. É o caso do magistério, no qual continuavam cuidando e educando crianças, assim como em casa. Esse processo não foi identificado como uma discriminação inicialmente, porque era uma forma de se inserir, socializar e exercer uma profissão na sociedade (ALVES, 2017). A diferença de gênero era essencial para a manutenção da ordem patriarcal e para o sistema capitalista (SILVA, 2008).

A ciência não é neutra, ela está posicionada em um tempo e em um espaço historicamente, ou seja, ela sofre interferências políticas, econômicas, culturais e sociais que retratam nos temas de gênero e raça. É uma concepção que foi implantada sob padrões masculinos, como a objetividade e racionalidade.

As mulheres foram excluídas e precisaram romper barreiras e resistir aos preconceitos para conquistar, prosseguir e alcançar o sucesso como cientistas (ALVES, 2017; SABOYA, 2013; SILVA, 2008).

Dentro da área acadêmica, elas se concentram em áreas de menor *status*



e avançam vagarosamente na carreira, raras são as vezes que atingem o topo. Os níveis ocupacionais mais elevados são onde se observam as grandes desigualdades em relação ao salário (OLINTO, 2011; SILVA; RIBEIRO, 2014). Existem muitas variáveis para interpretar essa análise, mas todas possuem um ponto em comum: é uma construção social (VELHO; LEÓN, 1998).

As mulheres atribuem o avanço mais lento da carreira científica às batalhas entre responsabilidade com a família e o trabalho, resultando em uma produtividade científica mais baixa e um aumento da pressão para publicar resultados (VELHO; LEÓN, 1998). Elas são coagidas a escolher entre ser mãe e cientista, gerando um pavor na sua vida. Essa imposição não é sentida pelo homem, já que ele não negocia entre ser pai e cientista. (ALVES, 2017; LINO; MAYORGA, 2016).

Foram feitas entrevistas com professoras do Instituto Federal de Brasília relacionando sua dupla ou tripla jornada: trabalhar, estudar e cuidar de tarefas domésticas. Os critérios de seleção eram ser professora e pesquisadora do IFB. As perguntas foram enviadas por meio de um formulário *on-line* com compartilhamento do *link* e as respostas foram voluntárias. A análise será feita pela abordagem qualitativa que poderá explicar o porquê de tal fenômeno acontecer (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009): as dificuldades da inserção da mulher no mundo do trabalho científico. Será empregado o método da análise textual discursiva de acordo com Moraes e Galiazzi (2006) para avaliar as respostas, a fim de que o entendimento do processo de ascensão na carreira científica num espaço idealmente masculino fosse esclarecido e contextualizado.

As perguntas na entrevista via *e-mail* foram: comente, em poucas linhas, seu percurso formativo até chegar ao IFB. Quais dificuldades você encontrou na sua trajetória profissional por ser mulher? Você já esteve em alguma situação de preconceito ou discriminação, mesmo que de forma sutil, pelo fato de ser mulher no seu trabalho? O que você considera que foi determinante para a consolidação da sua carreira? Na sua visão, por que ocorre diferença de homens e mulheres no topo da carreira científica? A maternidade causa impacto na carreira científica? Como a diferença de gênero pode ter atrapalhado o desenvolvimento da sua produção científica e acadêmica?

Houve um total de 24 respostas ao formulário, e a análise textual discursiva ainda não se finalizou. Obteve-se gráficos de área de atuação, campus onde atua e grau acadêmico de quem respondeu, conforme a seguir:

Gráfico 1: área de formação das docentes.

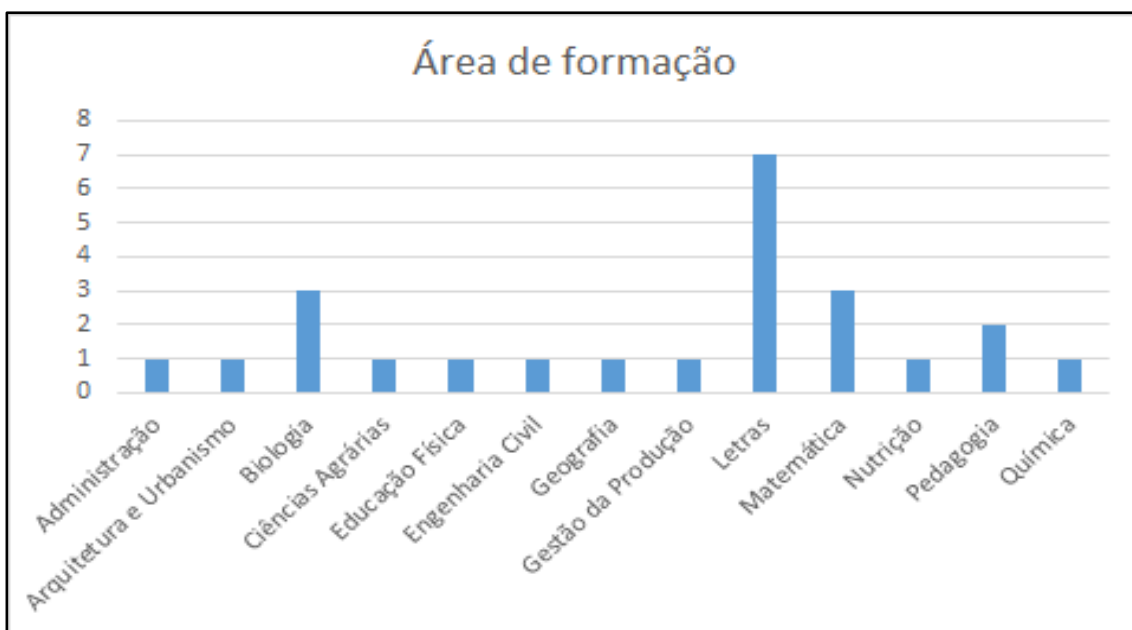


Gráfico 2: campus de atuação das docentes.

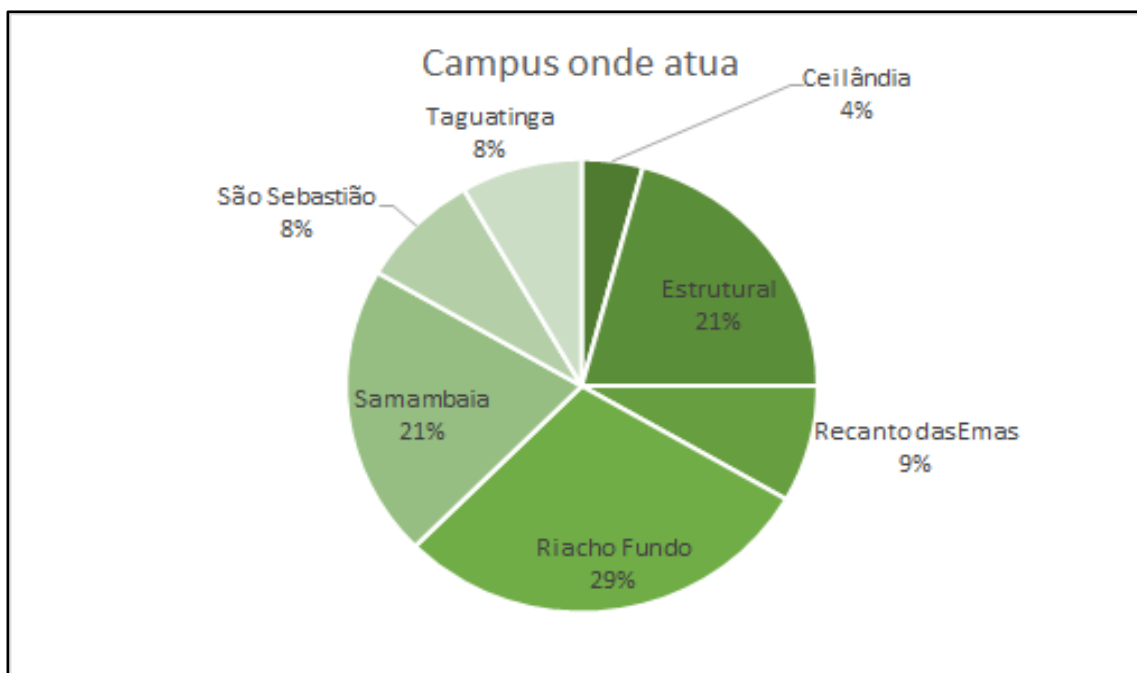
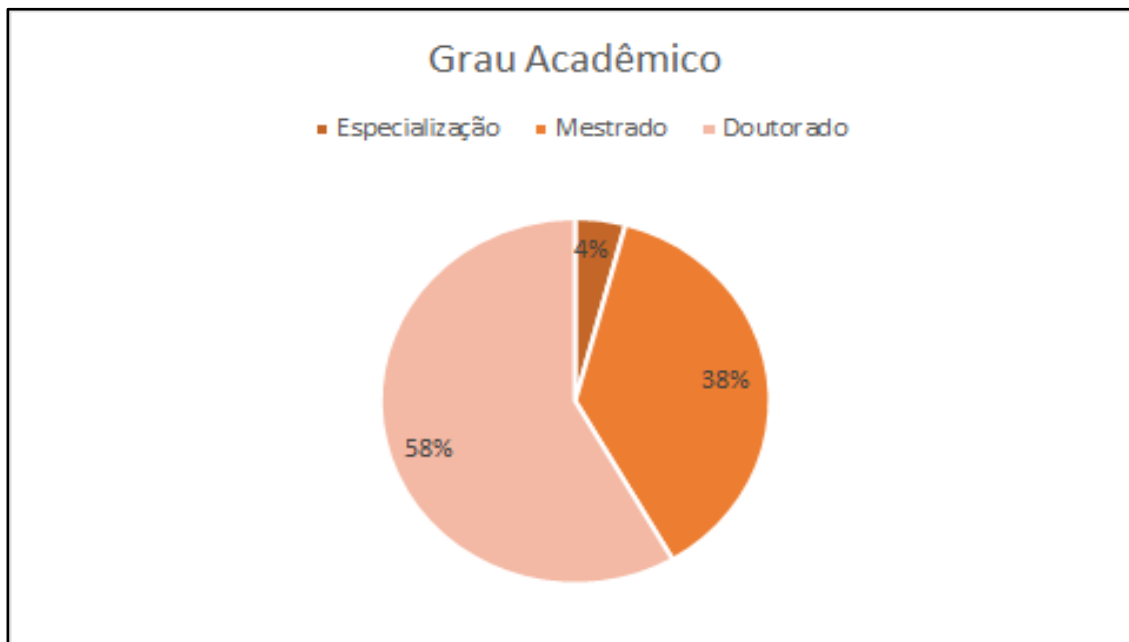


Gráfico 3: grau acadêmico das docentes.



Pode-se observar alguns comentários interessantes, como:

“Somos mestres, somos doutoras, mas o que falamos tem menos crédito que o que um homem graduado diz.”

“Acontece muitas vezes quando tento explicar a um colega de trabalho, e ele não entende ou reluta muito com aquilo que estou apresentando. Em seguida, um colega homem explica a mesma coisa e o primeiro entende ou aceita.”

“A maternidade definitivamente não tem lugar no *Lattes*.”

“Sempre busquei parcerias com homens para desenvolver minhas pesquisas. Com isso, minimizava esse tipo de problema.”

“Para que um homem se dedique integralmente à função de pesquisador e cientista há várias mulheres cozinhando, limpando, lavando, passando e cuidando dos filhos dele (...).”

“As cobranças no mundo do trabalho são exatamente as mesmas para homens e mulheres, mas as condições de vida para ambos são completamente diferentes.”

Diante dessas análises, as narrativas das pesquisadoras revelam que, em algum momento, elas sofreram com preconceitos e discriminações pelo simples fato de serem mulheres e que falta suporte do meio acadêmico para mães cientistas.

Referências

ALVES, Daniela Maçaneiro. A mulher na ciência: desafios e perspectivas. **Criar Educação**, v. 7, n. 2, 2017.

HARDING, Sandra. Gênero, democracia e filosofia da ciência. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, v. 1, n. 1, p. 163–168, 2007.

LINO, Tayane Rogeria; MAYORGA, Cláudia. As mulheres como sujeitos da Ciência : uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. **Saúde & Transformação Social**, v. 7, n. 3, p. 96–107, 2016.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, n. 1, p. 117–128, 2006.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, v. 5, n. 1, p. 68–77, 2011.

SABOYA, Maria Clara Lopes. Relações de Gênero, Ciência e Tecnologia: Uma revisão da bibliografia nacional e internacional. **Revista Educação, Gestão e Sociedade - REGS**, v. 3, n. 12, p. 1–26, 2013.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. A (in)Visibilidade Das Mulheres No Campo Científico. **Travessias**, v. 2, n. 2, p. 1–20, 2008.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. A inserção das mulheres na ciência: narrativas de mulheres cientistas sobre a escolha profissional. **Linhas Críticas**, v. 18, n. 35, p. 171–191, 1969.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 20, n. 2, p. 449–466, 2014.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. **A pesquisa científica. Métodos de Pesquisa**. 1a ed.: UFRGS, 2009. p. 31–42.

VELHO, Léa; LEÓN, Elena. A construção social da produção científica por mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 309–344, 1998.

I SIMPÓSIO HUMANIDADES E LINGUAGENS

EDUCAÇÃO EM NOVOS TEMPOS

ANO 2021

Caderno de Resumos

I SIMPÓSIO DE HUMANIDADES E LINGUAGENS: EDUCAÇÃO EM NOVOS TEMPOS



Em anos atípicos, como 2020 e 2021, podemos falar que fizemos a diferença em meio ao caos instalado no mundo. Se, por um lado, a experiência do distanciamento social decorrente da pandemia, que se impôs ao trabalho pedagógico e acentuou contradições estruturais, não deixou de ser um dos polos de reflexão do debate, por outro lado inquietações e questionamentos sobre casos específicos emergiram na singularidade de cada um dos trabalhos apresentados nesta publicação.

Convidamos você, caro leitor, a se debruçar sobre questões tão atuais e complexas, com uma perspectiva crítica e reflexiva sobre os panoramas da educação contemporânea. Após a leitura deste material, você será conduzido a refletir profundamente sobre muitas questões que norteiam nossas práticas educacionais e acadêmicas.



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO



ISBN: 978-85-64124-79-0

